

23 JUL 2016

FOLHA DE LONDRINA

Fórum de Cambé funciona em novo prédio

Construção de cinco andares abriga as varas Criminal, Cíveis, de Família e Infância e o Juizado Especial

**Fórum de
Cambé
funciona em
novo prédio**

Aline Machado Parodi

Reportagem Local

Cambé - O Fórum de Cambé (Região Metropolitana de Londrina) está funcionando em um novo prédio, ao lado do antigo endereço, na Avenida Roberto Conceição, no Jardim São José. A mudança ocorreu na semana passada e a inauguração oficial está marcada para 19 de agosto.

O prédio de cinco andares demorou um ano para ficar pronto e abriga as varas Criminal, as duas Cíveis, a de Família e Infância e o o Juizado Especial. Estuda-se a implantação de mais uma vara criminal. O atendimento ao público ficou suspenso por duas semanas para que a mudança fosse realizada, mas voltou ao normal na segunda-feira (18). Uma sala para o Tribunal do Juri também foi improvisada nas novas instalações. Os juris populares eram realizados na Câmara de Vereadores desde 2014, pois o prédio antigo não tinha condições de receber os julgamentos.

Nos últimos sete anos, a Comarca de Cambé quase

dobrou de tamanho. Eram apenas três varas (criminal, família e cível) e a estrutura inaugurada em 1993 ficou pequena.

Com a mudança, teve início também a reforma do prédio antigo, que será transformado em um anexo do Fórum e vai receber o Ministério Público, Juizado Especial, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), posto bancário, vara de Família e Tribunal do Júri. A obra tem previsão de conclusão de seis meses e vai custar em torno de R\$ 4 milhões, segundo informações do Tribunal de Justiça (TJ).

AMPLIAÇÕES

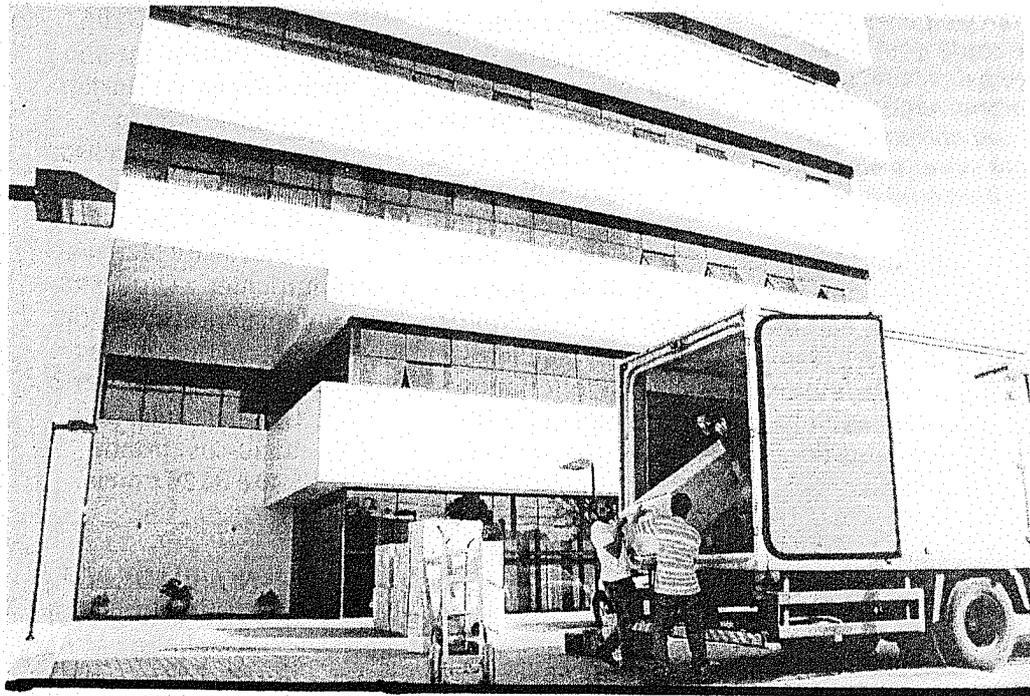
Os fóruns de Joaquim Távora e Wenceslau Braz (Norte Pioneiro) também serão ampliados. O presidente do Tribunal de Justiça (TJ), desembargador Paulo Roberto Vasconcelos, assinou na semana passada a autorização para a licitação dos projetos executivos e complementares para a construção do prédio de Joaquim Távora. O prédio de Wenceslau Braz vai passar por reforma. A licitação também já foi liberada.

CONTINUA

23 JUL 2016

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO



Inauguração oficial está marcada para agosto, mas o atendimento já é realizado desde início da semana



Antigo prédio será reformado e transformado em anexo do Fórum

23 JUL 2016

FOLHA DE LONDRINA

Whatsapp e o Poder Judiciário

Leonardo Melo Matos

E novamente um representante monocrático do Poder Judiciário determina o “desligamento” da conexão de milhões de brasileiros ao serviço oferecido pelo Whatsapp. É fundamental que entendamos que a internet nada mais é que um emaranhado de rede de computadores trocando dados. Não existe nada de virtual ou imaterial na internet. São dados transmitidos entre computadores.

A internet é apenas uma das redes existentes de computadores. É dita de “internet” justamente por ser internacional e neutra, pois existem redes “privadas”, nacionais ou internacionais (como as redes militares, corporativas e empresariais).

Assim, a internet a que estamos habituados a nos referir é a grande rede que liga milhares e milhares de servidores, que alimentam serviços (de sites a processos judiciais eletrônicos), cujo acesso é fornecido por empresas que vão fazendo o “simples” papel de conectar uma rede na outra, até formar uma grande “teia” mundial.

Pode-se limitar a internet selecionando a quais redes o usuário vai poder se plugar (a exemplo, proibir o acesso ao Google) ou, ainda, delimitando o quanto o provedor de acesso se pluga às redes internacionais (a exemplo, na China, em que o acesso a determinados sites ou serviços são bloqueados porque simplesmente os provedores de lá não se conectam a seus servidores).

O Marco Civil da Internet estabeleceu o princípio basilar da internet no Brasil: a neutralidade da rede. O princípio da neutralidade da rede garante que a internet no Brasil é neutra e, portanto, não é possível criar “pacotes” de internet. All or nothing: ou temos possibilidade de acesso a toda a internet ou nada.

Vivemos em uma era que podemos denominar de “sociedade em rede” (Manuel Castells). A sociedade se organizou em “redes” porque viu que isso era mais conveniente: a rede formada pela família, religião, meio acadêmico, meio profissional e, acresceríamos, a rede formada pela internet.

Passamos a ter uma espécie de vida “paralela” na internet, que nos dá um mundo de informações e dados (“sociedade informacional”) que não dispomos em outros meios. E a internet é hoje a principal rede da sociedade, porque é democrática e de baixo custo.

Entendemos que o bloqueio do Whatsapp viola o princípio da neutralidade da rede. E na era da sociedade em rede, entendemos que tal princípio é equiparado a direito fundamental e todo direito fundamental só pode ser violado observadas as colunas-mestras da proporcionalidade e da razoabilidade.

Se o Whatsapp é usado por criminosos, seu bloqueio pela recusa de gravar e interceptar as conversas (motivo dos bloqueios ocorridos) só se pode dar, em tese, em caráter preventivo, emergencial e excepcional para evitar que continue sendo um meio de organização criminosa, como disposto no artigo 9º, parágrafos 1º e 2º, do Marco Civil. Contudo, carece de fundamento jurídico

o bloqueio do serviço em caráter punitivo (retaliação devido a ausência de atendimento à ordem judicial).

Assim sendo, deve o poder Judiciário se atentar que determinar o desligamento de um serviço de internet representa discriminação de dados e é, portanto, uma hipótese de exceção legal à neutralidade da rede. Por isso, decisões de bloqueio de programas somente podem se fundamentar em caráter preventivo, nunca

punitivo, fundamentado no receio de que o serviço de internet está sendo utilizado para a prática reiterada de crimes e desde que o bloqueio do serviço seja a única medida adequada e proporcional para cessar o grave ilícito.

Proibimos a venda de facas, porque há quem as use como arma branca? Em situações pontuais sim. E um serviço de internet? O bloqueio pode ser razoável e aceitável sim, mas apenas e tão somente se for para prevenir um mal maior grave e desde que seja a única medida a evitar a consumação desse mal. Afinal, não se abatem pardais com canhões (Walter Jellineck).

LEONARDO MELO MATOS
é advogado especializado em estudos de Direito e Internet em Londrina

“
Decisões de bloqueio de programas somente podem se fundamentar em caráter preventivo, nunca punitivo

23 JUL 2016

FOLHA DE LONDRINA

Paulo Bernardo agiu como 'operador' de Gleisi

**Afirmção consta em pedido
da Procuradoria-Geral da
República para que STF abra
ação penal contra o casal por
corrupção e lavagem de dinheiro**

*Além da Lava Jato, Paulo Bernardo e a mulher são
investigados por suspeita de participação em um esquema
de corrupção no Ministério do Planejamento*

Márcio Falcão

Folhapress

Brasília - A Procuradoria-Geral da República (PGR) afirmou ao Supremo Tribunal Federal (STF) que o ex-ministro Paulo Bernardo agiu como o "verdadeiro operador" da senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR), sua mulher, na Lava Jato. A afirmação consta no pedido da Procuradoria para que o tribunal receba denúncia contra o casal e o empresário Ernesto Kugler Rodrigues, abrindo uma ação penal pelos crimes de corrupção e lavagem de dinheiro. A acusação é que a campanha de Gleisi ao Senado, em 2010, teria recebido R\$ 1 milhão do esquema de corrupção da Petrobras.

O parecer assinado pela procuradora-geral da República em exercício, Ela Wiecko, afirma que Paulo Bernardo foi responsável por solicitar a propina para a campanha. "O desempenho dessa função por Paulo Bernardo, como um verdadeiro operador de sua espo-

sa - inclusive valendo-se da importância do ministério então por ele ocupado -, exatamente como dito por Paulo Roberto Costa [ex-diretor da Petrobras] e Alberto Youssef [doleiro], que o apontaram como solicitante da vantagem indevida em favor da code-nunciada Gleisi", diz o texto.

Segundo Wiecko, "a denúncia aponta elementos concretos em relação à lavagem de dinheiro da propina repassada a Gleisi, com atuação de Paulo Bernardo e Ernesto Kugler". Na manifestação, a Procuradoria reafirma que, entre julho de 2010 e outubro de 2010, "terminais vinculados a Paulo Bernardo realizaram 163 ligações para o telefone de Ronaldo Baltazar responsável pela administração financeira da campanha de Gleisi ao Senado em 2010, e 82 ligações para o PT no Paraná".

A acusação da Procuradoria leva em consideração a delação premiada do advogado Antonio Carlos Brasil Fioravante Pieruccin, que confir-

mou repasses de dinheiro para a campanha da petista.

Segundo Pieruccini, em 2010, ele foi orientado por Youssef a fazer quatro viagens de São Paulo a Curitiba para entregar dinheiro à campanha de Gleisi, ex-ministra da Casa Civil (2011-2014).

Ele contou ter ouvido de Youssef que os valores "tinham sido acertados com Paulo Bernardo", ex-ministro do Planejamento (2005-2011) e das Comunicações (2011-2015), e se destinavam à campanha eleitoral da candidata ao Senado.

O ministro Teori Zavascki, relator da Lava Jato no STF, analisará a denúncia e levará o caso para a segunda turma do tribunal, composta por cinco integrantes.

Se os ministros aceitarem a denúncia, os dois serão transformados em réus. Não há data prevista para essa análise acontecer.

Além desse inquérito sobre a Lava Jato, Gleisi e Paulo Bernardo são investigados por suspeita de participação em um esquema de corrupção no Ministério do Planejamento. Paulo Bernardo chegou a ser preso, a pedido da Justiça de São Paulo, na chamada Operação Custo Brasil.

CONTINUA

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

OUTRO LADO

23 JUL 2016

Em depoimentos prestados à Polícia Federal, Gleisi Hoffmann e Paulo Bernardo negaram quaisquer irregularidades na campanha de Gleisi em 2010 ao Senado.

A defesa do casal tem afirmando que não há elementos que justifiquem a abertura de ação penal.

“Todas as provas que constam no inquérito comprovam que não houve solicitação, entrega ou recebimento de nenhum valor por parte da Senadora. A denúncia sequer aponta qualquer ato concreto cometido. Baseia-se apenas em especulações que não são compatíveis com o que se espera de uma acusação penal”, diz o texto assinado pelos advogados Rodrigo Mudrovitsch e Veronica Abdala Stermán.

“São inúmeras as contradições nos depoimentos dos delatores que embasam a denúncia, as quais tiram toda a credibilidade das supostas delações. Um deles apresentou, nada mais, nada menos, do que seis versões diferentes para esses fatos, o que comprova ainda mais que eles não existiram.” Segundo os advogados, a delação de Pieruccini demonstra a fragilidade das acusações.

Sobre o ex-ministro, os advogados afirmam que “as referências ao ex-ministro Paulo Bernardo na denúncia baseiam-se em declarações contraditórias e inverossímeis. Não houve qualquer envolvimento dele com os fatos narrados na denúncia. Demonstraremos isso com veemência e acreditamos que a denúncia não pode ser recebida”.

23 JUL 2016

FOLHA DE LONDRINA

Moro homologa delação de executivos da Odebrecht

Trio que comprou "banco da propina" da construtora fechou acordo para pagar multa de R\$ 1 milhão cada, além de repatriar bens no exterior

Mateus Coutinho,
Julia Affonso e
Fausto Macedo
Agência Estado

São Paulo - O juiz Sérgio Moro homologou nessa sexta-feira (22) os acordos de delação premiada dos três executivos que adquiriram em 2010 junto com um ex-funcionário da Odebrecht o "banco da propina" utilizado para a empreiteira movimentar dinheiro de pagamentos ilícitos, inclusive para o marqueteiro do PT João Santana, e que movimentou US\$ 1,6 bilhão até 2014.

Marco Bilinski, Vinícius Borin e Luiz França, que atuavam no setor financeiro e trabalhavam como captadores de clientes para o banco no Brasil, acordaram em pagar R\$ 1 milhão de multa cada um e também repatriar todos os bens que possuem no exterior, pagando os impostos às autoridades brasileiras. O valor dos bens no exterior, porém não foi divulgado.

Da multa, 90% será destinado para ressarcir a Petrobras e 10% para os órgãos de investigação, como o Ministério Público Federal e a Polícia Federal.

Com a homologação, as delações dos três executivos do setor financeiro, que se associaram a Fernando Migliaccio e Luiz Eduardo Soares, então executivos do Departamento de Operações Estruturadas - nome oficial da central de propinas da empreiteira, segundo a Lava Jato - da Odebrecht, poderão ser utilizadas para novas investigações sobre a complexa rede financeira de 41 offshores - empresas em paraísos fiscais - montada pela maior empreiteira do País para pagar propinas em obras que vão além do esquema de corrupção na Petrobras.

O grupo também se juntou a Olívio Rodrigues Júnior, responsável por intermediar a abertura das contas para a empreiteira no Antigua Overseas Bank, onde os três executivos trabalhavam antes de decidirem adquirir o Meinl Bank, para adquirir o "banco da propina". A participação de 51% da filial da instituição financeira em Antígua foi adquirida, segundo o relato, por US\$ 3 milhões mais quatro parcelas anuais de US\$ 246 mil. Ao final da negociação, o grupo passou a ter 67% do Meinl Bank Antígua.

O Departamento de Operações Estruturadas da Odebrecht foi alvo da 23ª etapa da Lava Jato, que levou à prisão do marqueteiro João Santana, sua mulher e sócia, Mônica Moura, além dos executivos do banco e que agora fecharam delação. Foi a partir da Operação Acarajé - assim batizada em referência a um dos nomes usados nas planilhas da contabilidade paralela da Odebrecht para propinas - que a força-tarefa da Lava Jato chegou ao núcleo dos pagamentos ilícitos da empreiteira.

As revelações foram feitas principalmente pela funcionária Maria Lúcia Guimarães Tavares, a primeira do grupo empresarial a colaborar com as investigações. Atualmente, executivos da Odebrecht e o empreiteiro Marcelo Odebrecht negociam uma delação premiada com a Lava Jato.

CONTINUA

23 JUL 2016

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Entre as contas offshores criadas para Odebrecht, Vinícius Borin listou em seu primeiro depoimento da delação as movimentações que considerou “suspeitas” para outras contas que não eram da empreiteira e que somaram US\$ 132 milhões. Dentre estas operações estão a Klienfeld, a Innovation e a Magna, todas ligadas à Odebrecht e que fizeram depósitos na conta offshore Shellbill Finance, de propriedade de João Santana e sua mulher Mônica Moura, na Suíça, no valor de US\$ 16,6 milhões.

O valor é quase quatro vezes os US\$ 4,5 milhões que João Santana e sua mulher receberam de outra empresa e admitiram ao juiz Sérgio Moro se tratar de acerto de dívidas de caixa 2 da campanha eleitoral de Dilma em 2010. A petista alega que, se houve caixa 2 em sua campanha, não teve conhecimento.

23 JUL 2016

FOLHA DE LONDRINA

CLAUDIO HUMBERTO

CNJ sepulta 14 queixas de suspeitos contra Moro

Políticos suspeitos ou leais a ex-governantes suspeitos protocolaram inúmeras queixas contra Sérgio Moro, o juiz da Operação Lava Jato, mas o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) já julgou improcedentes 14 dessas ações. Entre os que pretendem afastar Moro estão senadores investigados como Gleisi Hoffman (PR) e Lindbergh Farias (RJ), além de parlamentares dilmistas e lulistas citados em delações premiadas.

Nada feito

A corregedora do CNJ, ministra Nancy Andrichi, negou dois pedidos liminares pedindo afastamento de Sérgio Moro das funções de juiz.

Quem se queixa

Tentam melar a Lava Jato, afastando Sérgio Moro, tipos como Telmário Mota (PDT-RR), cuja mulher deputada foi condenada por corrupção.

Piada pronta

Dilmistas provocaram risos alegando que Moro incita a "subversão da ordem política e social", ao punir os ladrões ligados ao antigo governo.

O dinheiro era sujo

João Santana e a mulher Mônica não confirmaram apenas a existência "caixa dois". Revelaram algo bem mais importante: dívidas de campanha de Dilma foram pagas com dinheiro roubado da Petrobras.

24 JUL 2016

FOLHA DE LONDRINA

Justiça

não pode ser um

faz de conta', diz Moro

Para juiz federal,
governo e iniciativa privada precisam aumentar
medidas de combate à corrupção sistêmica no Brasil

Mariana Franco Ramos
Reportagem Local

Curitiba – O juiz federal Sérgio Moro, responsável por julgar as ações penais da Operação Lava Jato em primeira instância, pediu na noite de sexta-feira que a iniciativa privada e as diferentes esferas de poder ajudem a acabar com a “corrupção sistêmica” no Brasil. O magistrado discursou durante evento na Expo Unimed, em Curitiba, onde recebeu a “Ordem do Mérito do Comércio do Paraná”, concedida pela Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo no Estado (Fecomércio). Além dele, foram agraciados os presidentes da Federação da Agricultura (Fapag), Ágide Meneguette, e do Grupo Condor, Pedro Joanir Zonta.

“Aos críticos, com todo o respeito, é necessário lembrar que a Justiça não pode ser um faz de conta. Os processos judiciais têm que chegar ao fim e aqueles condenados culpados devem encontrar a devida responsabilização”, afirmou, a uma

“Corrupção envolve quem paga e quem recebe. Ambos são culpados”

plateia formada majoritariamente por empresários e políticos. Segundo Moro, os três poderes – incluindo o Legislativo e o Executivo – precisam fazer a sua parte. “A minha esperança é de que o novo governo (do presidente interino Michel Temer, do PMDB) entenda que o problema do País não está só na economia. (Espero) que a sociedade obtenha mudanças mais profundas na qualidade da sua democracia.”

O juiz falou que recebia a honraria com uma dose de constrangimento, por se tratar de um trabalho institucional e que ainda está em andamento. De acordo com ele, o desempenho de todas as instâncias do judiciário e dos demais órgãos atuantes na operação, caso da Polícia Federal (PF), do Ministério Público Federal (MPF) e da Receita Federal, merece destaque. “Não se trata de um trunfo individual, mas sim de um indicativo de amadurecimento das instituições brasi-

leiras e de uma vitória coletiva da sociedade, pois foi ela que saiu às ruas para protestar contra a corrupção. Havia outras bandeiras, mas o centro era o apoio às investigações.”

Moro defendeu rapidez, por parte da Câmara dos Deputados, na tramitação das “10 Medidas contra a Corrupção”, propostas pelo MPE. Por outro lado, criticou o projeto de lei do Senado 280/2016, de autoria de Renan Calheiros (PMDB-AL) e relativo aos chamados crimes de abuso de autoridade. O texto penaliza quem ordenar ou executar “captura, detenção ou prisão fora das hipóteses legais”. “Certamente entendo que a intenção inicial do projeto era apenas coibir esse tipo de abuso. Mas a redação atual, vaga e abrangente, representa um verdadeiro perigo à independência judicial. Se aprovada nesses termos, poderá servir para intimidação dos magistrados de todas as instâncias”, opinou.

CONTINUA

24 JUL 2016

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

O principal homenageado da noite sugeriu ainda que a iniciativa privada faça "a lição de casa", que seria dizer não ao pagamento de propina, implantar mecanismos eficientes de controle interno e denunciar agentes que porventura cometam irregularidades. "Corrupção envolve quem paga e quem recebe! Ambos são culpados (...) É importante agir coletivamente para que empresas envolvidas em práticas corruptas sejam punidas e isoladas do mercado, ao invés de ganharem posições de proeminência", disse. "O que é vergonhoso não é tanto descobrir um esquema, mas sim aceitar conviver com ele."

FOLHA DE LONDRINA

Crianças em perigo

A violência está tornando o Brasil um lugar perigoso para crianças e adolescentes. A pesquisa Mapa da Violência de 2015 põe o País em terceiro lugar na lista das 85 nações que mais registram homicídios de pessoas entre zero e 19 anos. São 16,3 homicídios para cada 100 mil habitantes nesta faixa etária. México e El Salvador são os campeões do vergonhoso ranking, como mostra reportagem de hoje da Folha de Londrina. O estudo revelou que em 2013 os assassinatos representavam quase metade das causas de mortes de jovens de 16 e 17 anos no Brasil. As principais vítimas são adolescentes do sexo masculino, negros e com baixa escolaridade. Enquanto as mortes de crianças e adolescentes por causas naturais diminuíram 78,5% de 1980 a 2013, as mortes pelas chamadas causas externas, que incluem homicídios, suicídios e acidentes, aumentaram 22,4%. O trânsito também é grande motivo de preocupação e os paranaenses estão entre os que correm mais riscos, pois em 2013, o Paraná foi o quarto Estado com mais mortes de crianças e jovens vítimas desse tipo de ocorrência. Especialistas ouvidos pela reportagem analisam que as ameaças são diferentes, dependendo da classe socioeconômica. Se o trânsito é o maior risco entre os adolescentes da classe média, o crime organizado é a maior ameaça para aqueles que moram na periferia. Alcool e drogas estão presentes em todas as classes. Mudar essa realidade e tirar o Brasil dos primeiros lugares do ranking da violência contra crianças e jovens é um trabalho que envolve uma série de políticas públicas que garantam acesso a serviços básicos de qualidade, como escolas públicas bem estruturadas, bons serviços de saúde, emprego e segurança pública. Infelizmente, todos esses direitos ainda não são garantidos às crianças e jovens porque esbarram no preconceito, na desigualdade e em outro tipo de violência: a corrupção.

24 JUL 2016

FOLHA DE LONDRINA 24 JUL 2016

Um país perigoso para os jovens

Brasil é ameaçador para os adolescentes de classe média e letal para os que vivem nas periferias, aponta especialista. Mapa da Violência 2015 põe o País em 3º lugar no ranking das nações que mais registram homicídios de pessoas até 19 anos

Carolina Avansini
Reportagem Local

O Brasil é um lugar perigoso para crianças e adolescentes. Pelo menos é o que mostram os dados da Pesquisa Mapa da Violência 2015, segundo a qual o País ocupa um vergonhoso terceiro lugar em um ranking de 85 nações que mais registram homicídios de pessoas entre 0 e 19 anos. A taxa de 16,3 homicídios para cada 100 mil habitantes nesta faixa etária só não é pior que a registrada no México e em El Salvador, como aponta o estudo feito pelo sociólogo Julio Jacobo Waiselfisz, da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso).

A pesquisa destaca também que, em 2013, os homicídios representavam quase metade das causas de mortes de jovens de 16 e 17 anos no Brasil. As principais vítimas são adolescentes do sexo masculino, negros e com baixa escolaridade. O aumento da violência contra essa parcela da população é histórico. Enquanto as mortes de crianças e adolescentes por causas naturais diminuíram 78,5% de 1980 a 2013, as mortes pelas chamadas causas externas, que in-

cluem homicídios, suicídios e acidentes, aumentaram 22,4%.

O trânsito também se mostra perigoso para as crianças e jovens brasileiros. Se até um ano de idade eles morrem como ocupantes de veículos automotores, a partir desta idade até os 14 anos a maior incidência de óbitos ocorre quando transitam pelas ruas a pé. Já entre os 15 e 19 anos, a maior proporção das mortes envolve ocupantes de motocicletas. Os paranaenses correm mais riscos que grande parte dos brasileiros ao se moverem pelas cidades e rodovias. Em 2013, o Estado foi o quarto onde mais morreram crianças e jovens vítimas de acidentes de trânsito.

Flávio Leão Bastos Pereira, professor de Direito Constitucional da Universidade Mackenzie, destaca que o Mapa da Violência mostra, a cada ano, que a ameaça aos adolescentes é diferente dependendo da classe socioeconômica. Adolescentes da periferia, por exemplo, que tiveram pouco acesso a serviços básicos de qualidade em educação e saúde e que não vivem em áreas bem estruturadas do ponto de vista do saneamento básico, são ameaçados principalmente

pela violência do Estado e do crime organizado.

Segundo ele, a falta de políticas públicas efetivas tira oportunidades do jovem negro e pobre da periferia e os torna vulneráveis a serem cooptados pelo crime ou atingidos pela violência estatal. "Esta violência se configura na falta de acesso a serviços que só o Estado deveria fornecer com qualidade e igualdade, especialmente nas áreas de saúde, educação e segurança pública. Quando o Estado não ocupa esse espaço, ele passa a ser ocupado por estruturas paralelas, como o crime organizado", opina. Segundo o professor, é comum que estruturas de poder paralelo forneçam medicamentos e segurança, deixando uma população refém das necessidades e intenções de quem dá.

CONTINUA

Paralelamente, Pereira lembra que existe uma ação estatal repressiva sobre essa população, visto que a opção do Estado brasileiro em relação ao combate ao crime é pela repressão, e não pela investigação. Esses ingredientes deixam os jovens da periferia, que vivem em um mundo consumista – onde são considerados pelo que têm e não pelo que são – com poucas opções. “Eles não têm oportunidades no mercado de trabalho, até porque a escola pública é sucateada, e isso os deixa vulneráveis ao crime organizado que causa violência letal e à ação repressiva do Estado”, analisa.

serem mais rígidas, principalmente por causa da corrupção e pouca fiscalização. “A corrupção aumenta a violência da sociedade e atinge também o jovem”, diz Pereira.

Além disso, são vitimados pelo álcool e pelas drogas. “O tráfico atinge todas as camadas com diferentes efeitos e diferentes drogas, dependendo do poder aquisitivo”, avalia, destacando que o álcool é uma das grandes ameaças à juventude e reflete diretamente nos acidentes de trânsito que vitimam essa população. “O jovem tem acesso à bebida e é incentivado a beber pela publicidade intensa de bebidas, o que demonstra a fragilidade das instituições do Estado que não fazem frente

ao lobby poderoso da indústria de bebidas”, critica.

Para o professor, essa conjuntura revela a falta de conscientização dos adolescentes sobre o risco das bebidas, das drogas e principalmente da necessidade de respeitar o outro, o que inclui a consciência de, por exemplo, não dirigir após beber. “A escola pública sucateada é uma das piores tragédias do nosso País. O Brasil é muito perigoso para o jovem de classe média e letal para o jovem de periferia, o que reflete o aumento da violência causado pela falta de justiça social. É preciso que a população volte para as ruas para pressionar por boas escolas e hospitais públicos. Só a pressão maciça da população é que vai trazer mudança”, defende.

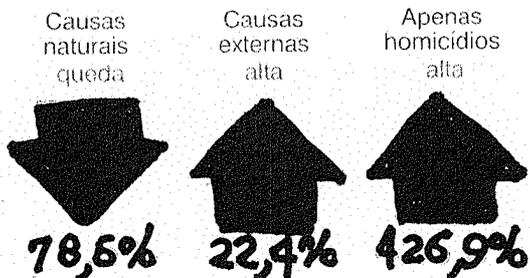
TRÂNSITO

Já o jovem de classe média é ameaçado pelo trânsito, que ainda é violento no Brasil apesar das normas

SAIBA MAIS

Mortes de crianças e adolescentes (0 a 19 anos)

1980 a 2013

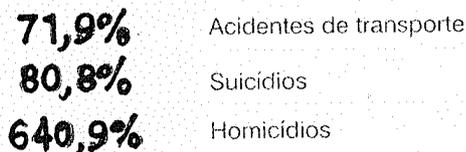


1996 a 2013

Mortes de crianças e adolescentes no trânsito



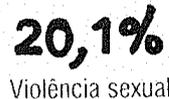
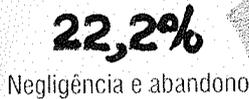
☑ Faixa de 16 e 17 anos
Aumento de:



2013

Atendimentos de violência pelo SUS

☑ Crianças e jovens



25 JUL 2016

FOLHA DE LONDRINA

O recado de Sérgio Moro

O juiz federal Sérgio Moro convocou, na última sexta-feira, a iniciativa privada e as diferentes esferas de poder para ajudarem a acabar com a corrupção sistêmica no Brasil. Moro é responsável por julgar as ações penais da Operação Lava Jato em primeira instância e o pedido foi feito por ele durante discurso em Curitiba, quando recebeu a “Ordem do Mérito do Comércio do Paraná”, concedida pela Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo no Estado (Fecomércio). O recado foi direcionado à plateia certa, formada majoritariamente por políticos e empresários. O juiz frisou que os Três Poderes, não só o Judiciário, mas também o Executivo e o Legislativo precisam fazer a sua parte para uma mudança profunda nas leis no sentido de melhorar a democracia e tornar os processos mais transparentes. Quando disse que a “Justiça não pode ser um faz de conta”, o juiz paranaense ressaltou a importância da Lava Jato ir até o fim e os condenados serem realmente responsabilizados. Nesse sentido, é preciso que a sociedade continue atenta aos dispositivos que vez ou outra aparecem pelo caminho e que podem atrapalhar a maior operação de investigação contra a corrupção no Brasil. Moro citou o projeto de lei do Senado 280/2016, de autoria de Renan Calheiros (PMDB-AL) e relativo aos chamados crimes de abuso de autoridade. O texto penaliza quem ordenar ou executar “captura, detenção ou prisão fora das hipóteses legais”. O problema desse projeto é que a redação é muito vaga e abrangente e, se aprovada, colocará em perigo a independência judicial. Ao mesmo tempo, a sociedade precisa pressionar a Câmara dos Deputados para agilizar a tramitação das “10 Medidas contra a Corrupção” – campanha encabeçada pelo Ministério Público Federal que segue a passos de tartaruga no Congresso. Só a Lava Jato não é capaz de passar o País a limpo. É preciso um esforço grandioso da sociedade, dos empresários, da classe política e dos poderes para acabar com a corrupção sistêmica. Não é possível continuar convivendo com esquemas tão escandalosos como os revelados pelo Petrolão.

25 JUL 2016

FOLHA DE LONDRINA

Três anos do 'sim' para casais homoafetivos

Entre 2013 e 2014, foram realizados
362 casamentos entre pessoas do mesmo
sexo no Paraná; em Londrina foram 31

Aline Machado Parodi
Reportagem Local

A história de amor de João e José (nomes fictícios) começou nos corredores de uma universidade de Londrina e foi oficializada no ano passado diante de um juiz de paz. Os dois, que preferem não se identificar por receio do preconceito, fazem parte das dezenas de casais homoafetivos que casaram na cidade desde que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) autorizou o casamento entre pessoas do mesmo sexo.

Em maio, a resolução do CNJ completou três anos. Dois anos antes, o Supremo Tribunal Federal (STF) havia reconhecido a união estável entre pessoas do mesmo sexo.

Casar era um sonho que eles sempre tiveram e quando começaram a namorar a vontade cresceu. "Estávamos esperando para fazer uma

festa para comemorar com a família e os amigos, mas como decidimos mudar para o Japão e precisávamos da documentação, antecipamos o casamento", relata João. Eles comemoram bodas de papel nesta segunda-feira (25).

João conta que o processo para o matrimônio foi tranquilo, mas percebeu que os funcionários dos cartórios ainda não estão preparados para lidar com a relação homoafetiva. "Ele (funcionário) não atendeu mal, mas quando me perguntou o nome da noiva e disse que era noivo, percebi o espanto", comenta.

Uma reação bem diferente do dia da celebração do casamento. "Foi muito tranquilo. Não houve demonstração de hostilidade e nem de surpresa. Foi muito natural", diz. Após o casamento, João providenciou a troca dos documentos, pois adotou o sobrenome do marido. "Os funcionários dos órgãos

de documentação foram mais sutis do que o do cartório", constata.

Entre maio de 2013 e o final de 2014, foram realizados no Brasil 8.554 casamentos homoafetivos, de acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Dos 4.854 casamentos registrados em 2014, 50,3% (2.440) foram entre cônjuges femininos e 49,7% (2.414) entre cônjuges masculinos.

A região Sudeste (60,7%) concentrou o maior percentual de uniões homoafetivas, seguida pelas regiões Sul (15,4%), Nordeste (13,6%), Centro-Oeste (6,9%) e Norte (3,4%).

No Paraná, segundo dados do IBGE, o número de casamentos homoafetivos aumentou 15,47% de 2013 para 2014. A estatística mostra que nos dois anos o casamento homoafetivo foi celebrado em 63 cidades paranaenses. Em Londrina, no mesmo período foram oficializadas 31 uniões.

Das cinco cidades com maior número de oficializações, Curitiba, Arapongas (Região Metropolitana de Londrina), Maringá e Ponta Grossa registraram acréscimo de um ano para o outro. Londrina teve queda. Os dados referentes a 2015 ainda não foram divulgados pelo IBGE.

*"Vejo como um
exemplo da legislação
acompanhando a sociedade"*

UNIÃO ESTÁVEL

Cartórios do Paraná
celebram 362 casamentos
homoafetivos entre
2013 e 2014; em
Londrina foram 31

CONTINUA

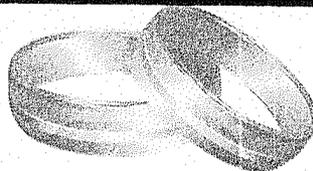
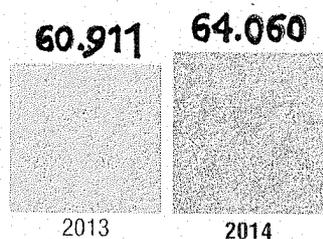
25 JUL 2016

FOLHA DE LONDRINA

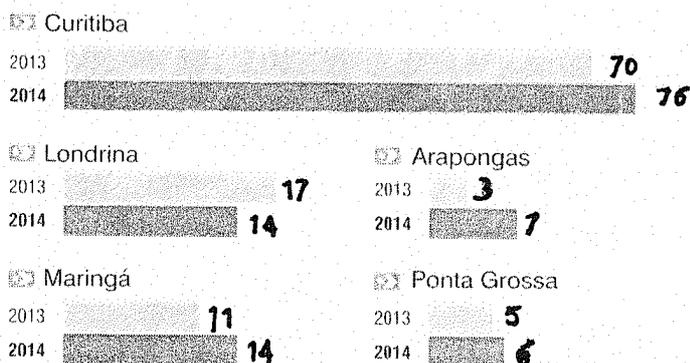
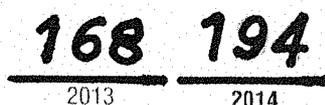
CONTINUAÇÃO

UNIÕES OFICIALIZADAS

Casamentos - totais



Casamento homoafetivo



Fonte: IBGE

Folha Arte

DEMANDA

Os cartórios perceberam uma demanda maior nos primeiros meses após a publicação da resolução do CNJ. "As pessoas que tinham o anseio de casar correram aos cartórios. Depois diminuiu bastante", diz Arion Toledo Cavalheiro Júnior, presidente da Associação dos Notários e Regis-

tradores do Estado do Paraná (Anoreg-PR) e presidente do Instituto do Registro Civil das Pessoas Naturais do Estado do Paraná (Irpen).

Segundo ele, a procura é maior em cidades de médio e grande porte. "Em cidades pequenas, o pessoal não quer ser o primeiro. As pessoas procuram ser mais discretas, porque ainda há muita discriminação por parte da sociedade", ressalta Cavalheiro.

Também já foram realiza-

casamentos coletivos promovidos durante o projeto Irpen na comunidade. O projeto rodou 152 municípios paranaenses e realizou mais de 7 mil casamentos. "Em Maringá tivemos dois casais homossexuais e em Pinhais (RMC) também teve", recorda o presidente.

Para Cavalheiro, a resolução do CNJ é "uma adaptação legal da sociedade". "Eram casos fáticos que precisavam ser solucionados. Vejo como um exemplo da legislação acompanhando a sociedade."

O secretário de Educação e ex-presidente da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABLGBT), professor Toni Reis, avalia como um avanço de cidadania. "O importante é que ninguém perdeu direito nenhum e uma parcela da sociedade ganhou. E para a nossa comunidade foi fundamental, pois agora temos uma segurança jurídica", afirma.

Reis e o marido David Harrað foram um dos primeiros casais homossexuais a se casarem no Paraná. Eles estão juntos há 26 anos. O romance começou na Inglaterra e deu frutos em Curitiba. Hoje, os dois são pais adotivos de uma criança e dois adolescentes. Reis comenta que as pessoas ainda não têm coragem para "sair das sombras" e casar.

Invasões em fóruns expõem fragilidade na segurança da Justiça de primeiro grau

Muitos prédios no interior do Paraná não têm detector de metais, por exemplo. Juízes sofrem com falta de estrutura

Diego Ribeiro

● Dois sustos em audiências na Justiça paranaense evidenciaram um problema que atormenta os juízes estaduais, principalmente no interior do Paraná. É a falta de estrutura de segurança dos fóruns. Em abril, em uma audiência no fórum de Palmital, na Região Central do estado, uma mulher entrou no local armada com uma faca e tentou matar a esposa de seu ex-marido. No mês passado, a Vara da Infância e da Juventude de Londrina também foi invadida por um homem que ameaçou a magistrada que conduzia o julgamento de um processo de destituição de pátrio poder.

“Em Palmital não há detector de metais, só tem um segurança. Nós, juízes, não temos proteção especial como muitos pensam, não uso arma, não tenho carro blindado”, desabafou a juíza Stephanie Assis Pinto de Oliveira, 31 anos, de Marilândia do Sul, no Norte do estado. Ela estava em Palmital quando o incidente ocorreu.

Acabou pedindo remoção recentemente. De acordo com ela, a mulher apareceu no fórum, tirou a faca da bolsa e mirou o pescoço da mulher do ex-marido na audiência. “A vítima colocou o braço na frente. Por sorte, o escrivão se meteu no meio e conseguiu segurá-la”, explicou.

Em Londrina, o homem que invadiu a sala de audiência na Vara da Infância e da Juventude ficou por vários minutos ameaçando a juíza Isabele Noronha. “O fórum de Londrina deixa as pessoas que o frequentam em situação de extrema vulnerabilidade”, ressaltou a juíza. Em Londrina, havia detector de metal na entrada, mas em todo fórum havia apenas um segurança para conter o invasor.

Disparidade

Uma pesquisa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que ouviu magistrados do país inteiro em março deste ano revelou a disparidade entre a segurança disponível no edifício do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR), que abriga os 120 desembargadores paranaenses, em Curitiba, o chamado segundo grau, e dos fóruns, onde milhares de pessoas são atendidas diariamente, o primeiro grau.

De acordo com o CNJ, a nota da segurança do segundo grau paranaense é 100, o que coloca o TJ paranaense em primeiro lugar no ranking do CNJ. Já o índice de segurança no primeiro grau é de 83,3 — 7.º lugar entre os fóruns. “É visível [a prioridade ao segundo grau]. No TJ tem porta giratória, tem que ter crachá. Já em fóruns do interior nada disso acontece”, afirmou a magistrada Stephanie.

Segundo Isabele, é preciso que o TJ priorize a segurança do primeiro grau. “É como se houvesse distinção entre o primeiro e o segundo grau. Se fosse para haver prioridade, deveria ser no primeiro, que tem mais proximidade com a população”, disse.

CONTINUA

36%

dos órgãos de Justiça de primeiro grau do Brasil têm detectores de metais, segundo a pesquisa do CNJ.

60%

dos edifícios de tribunais não têm raio-x. No primeiro grau, são praticamente inexistentes.

131 JUÍZES

no Brasil estão em situação de risco, oito deles no Paraná.

47%

dos fóruns têm câmeras.

PEDIDOS FEITOS

“Caneta” está com o Tribunal de Justiça, diz diretor da Amapar

● O diretor de segurança da Associação dos Magistrados do Paraná (Amapar), o juiz substituto 2º grau Márcio Tokars, afirmou que a entidade tem cobrado e a Comissão Permanente de Segurança do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) tem deferido todos os pedidos de melhorias nas estruturas dos fóruns do Paraná. De acordo com ele, no entanto, quem define os investimentos na

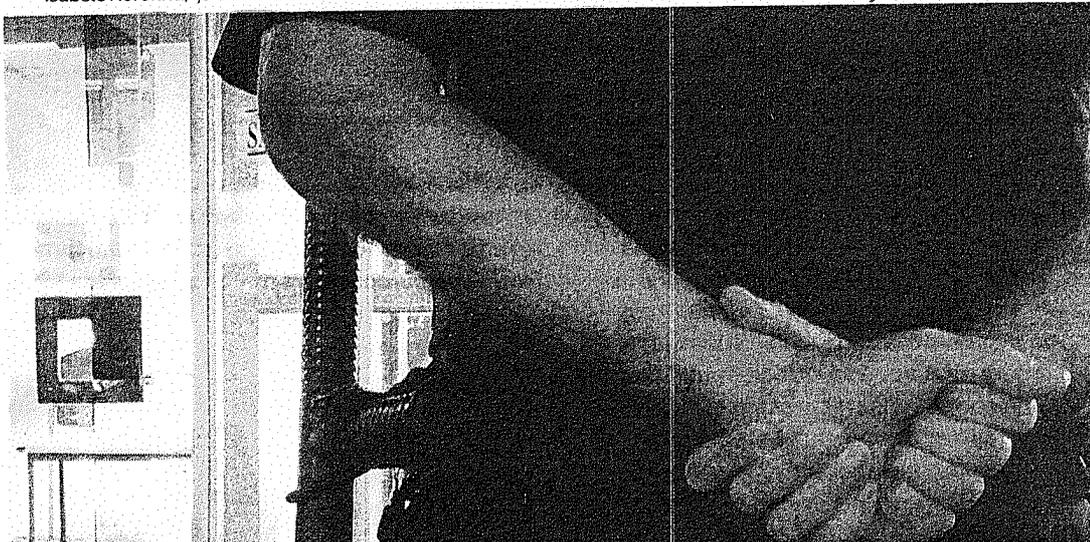
área é o presidente do TJ-PR, Paulo Vasconcellos. Tokars informou que atualmente há um fundo com cerca de R\$ 3 milhões para investimentos em equipamentos de segurança nos fóruns. Segundo a Amapar, não há um levantamento atual sobre a estrutura de segurança nos prédios da Justiça do Paraná. A última pesquisa foi feita pela própria Amapar com juízes de primeiro grau no final de 2010. Naquele ano, o diagnóstico da Amapar apontava que em 87% dos fóruns não havia detectores de metais.

SEM RETORNO

Na segunda-feira (18), a **Gazeta do Povo** procurou a assessoria de imprensa do Tribunal de Justiça do Paraná para saber o quanto o órgão investiu em segurança nos fóruns do estado e comentar sobre a disparidade entre a estrutura disponível no segundo e no primeiro grau. Mesmo sem retorno, na quarta-feira (20), a reportagem insistiu e solicitou um complemento sobre quantos fóruns têm câmeras de monitoramento, segurança privada e policiais fixos. Na sexta-feira (22), a assessoria informou que o juiz responsável pela Comissão de Segurança do TJ-PR entraria em contato com a reportagem. Até agora, no entanto, não houve retorno. Ao CNJ também foi solicitada uma entrevista, mas não houve retorno até o fechamento desta edição.

“É visível [a prioridade ao segundo grau]. No Tribunal de Justiça tem porta giratória, tem que ter crachá. Já em fóruns do interior nada disso acontece.”

Isabele Noronha, juíza da Vara da Infância e da Juventude de Londrina.



Entra e sai de pessoas nos fóruns de Justiça tornam imprescindível um cuidado maior com a segurança.

REINALDO BESSA

Moro se diz péssimo comerciante

25 JUL 2016

GAZETA DO POVO

Como era previsto, o juiz Sergio Moro foi a grande estrela do jantar anual da Federação do Comércio do Paraná, na última sexta-feira, no Expo Unimed Curitiba. Ele foi um dos três agraciados com a Comenda do Comércio, ao lado do presidente da Federação da Agricultura do Paraná, Ágide Meneghette e do empresário Joanir Zonta, da rede Condor Super Center. No discurso de dez páginas que fez em nome dos homenageados, Moro falou da Lava Jato e seus desdobramentos. A coluna solicitou a Moro seu discurso e ele, que já o havia mandado guardar no carro, pediu a um segurança para buscá-lo e o entregou ao colunista, pedindo desculpas pelos rabiscos de última hora.

Corrupção sistêmica

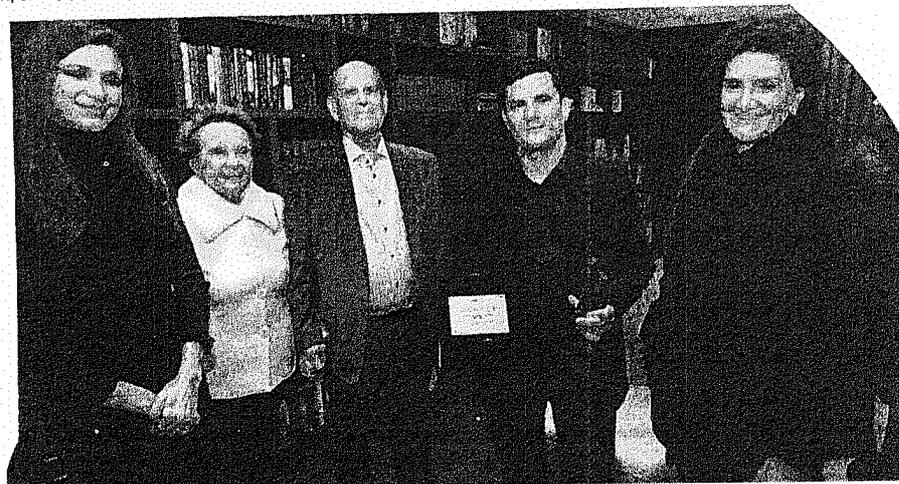
Intitulado Corrupção Sistêmica, o discurso começou com uma brincadeira do juiz diante dos homens do comércio. "Devo confessar que sou um péssimo comerciante e provavelmente sempre saio em desvantagem nas transações comerciais das quais participo, mas o fato de ser premiado alguém de fora desse meio torna a honraria ainda maior". A partir daí, a Lava Jato e a corrupção foram a tônica do pronunciamento. Antes, cumprimentou sua mulher, a advogada Rosângela Wolff de Quadros Moro, "cujo apoio tem sido essencial para os trabalhos por mim desenvolvidos". Em seguida compartilhou a homenagem recebida. "Recebo, não obstante, o prêmio com algum constrangimento, pois se trata de premiar um trabalho ainda inacabado, em desenvolvimento. Além disso, tenho bem presente que se trata de um trabalho institucional, com méritos a serem distribuídos a várias pessoas", citando a Polícia Federal, o Ministério Público Federal, a Receita Federal e o Poder Judiciário.

Agênese da Lava Jato

"Já são mais de dois anos desde o início ostensivo da assim denominada Operação Lavajato (conforme grafado por Moro). O caso, como é comum em toda investigação criminal, iniciou-se pequeno. Investigavam-se quatro indivíduos envolvidos em lavagem de dinheiro quando a Polícia Federal literalmente tropeçou na prova de que um deles havia adquirido um veículo de luxo para um ex-Diretor da Petrobrás". [...] Identificado, considerando todos os casos já julgados, um esquema de corrupção espalhado, profundo e penetrante e que teria tomado conta da vida administrativa do país. [...] Esse quadro de corrupção sistêmica é perturbador e nos entristece", afirmou, sendo interrompido várias vezes por aplausos.

Aplausos à sociedade

Também mencionou a prisão de empresários poderosos, sem citar nomes. "A ilustrar o fato de que dirigentes de poderosas empreiteiras que se organizaram em cartel e pagaram propinas no esquema criminoso foram, de forma inédita, processados, presos e, já em cerca de onze processos, condenados criminalmente. [...] Mas mais que o amadurecimento das instituições brasileiras, há aqui uma vitória coletiva da sociedade brasileira, pois foi ela quem, aos milhões, saiu às ruas para protestar no ano passado e no presente contra a corrupção". [...] O triunfo é, portanto, da democracia brasileira. Mas é um triunfo inacabado".



O juiz Sergio Moro com o casal Yvone e Paulo Pimentel, a diretora da Casa Cor Paraná, Marina Nessi (à dir.), e a engenheira e designer Janaína Macedo durante a visita que fez à Biblioteca da mostra, em sua homenagem, no último sábado.

25 JUL 2016

GAZETA DO POVO

Projeto amplia o tempo de internação de jovens

Proposta já aprovada pelo Senado é uma alternativa à redução da maioria penal

Felippe Anibal

● Apesar do recesso parlamentar, um projeto que prevê a ampliação do tempo de internação de adolescentes que cometerem atos infracionais equiparados a crimes hediondos começa a ganhar corpo. A proposta — que já foi aprovada pelo Senado — encontra clima favorável, bancada por lideranças da Câmara e pelo próprio governo interino. Com isso, o modelo de redução da maioria penal que era defendido pelo ex-presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB), deve perder fôlego.

Nesta semana, o ministro da Justiça, Alexandre Moraes, consultou o novo presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM), sobre a possibilidade de encampar o projeto que aumentaria a “pena” dos adolescentes, em caso de crimes graves. De autoria do senador José Serra (PSDB), a proposta agrada Maia, que, por meio de sua assessoria de imprensa, informou que vai colocá-la em pauta, “se houver consenso” entre os

parlamentares.

Antes de ser abraçado pelo governo interino, o projeto já agradava a equipe de Dilma Rousseff (PT). Em junho do ano passado, o então ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, chegou a declarar que a proposta agradava o governo. Mesmo as turbulências provocadas pelo processo de impeachment parecem não ter alterado a visão do Partido dos Trabalhadores.

Um dos vice-líderes do PT na Câmara, o deputado paranaense Ênio Verri entende que a ampliação do tempo de internamento seria mais adequada em relação às propostas de redu-

ção da maioria penal — como a defendida por Cunha, que prevê a responsabilização criminal de maiores de 16 anos.

“Entendemos que a redução da maioria penal não reduziria o índice de crimes. Até porque os atos contra a vida praticados por ‘menores’ representam 1% do total de crimes graves”, disse Verri. “Nós apoiamos o aumento do tempo de internação, apesar de ela, por si só, também não resolver o problema. Precisamos de uma série de políticas públicas, porque o problema é bem mais amplo”, completou.

CONTÍDUO

Proposta altera o Estatuto da Criança e do Adolescente

● De autoria do senador José Serra (PSDB), a proposta altera o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de modo a prever a ampliação do tempo de internação de adolescentes. O projeto foi aprovado em julho pelo Senado e precisa passar pela Câmara, antes de ser sancionado pelo presidente. A propositura especifica que os adolescentes que tenham cometido atos infracionais

equiparados a crimes hediondos — como homicídio, latrocínio, sequestro ou estupro — possam ficar internados por um período de até dez anos.

Hoje, o tempo máximo de internação é de três anos. Além disso, a proposta altera o Código Penal, endurecendo as penas para adultos que cometerem crimes, acompanhados de adolescentes.

A pena passaria a ser de dois a cinco anos, podendo ser dobrada em caso de crimes hediondos.

OPINIÃO

Líder do PPS, o deputado paranaense Rubens Bueno disse que ainda não tem opinião formada sobre o projeto, mas que vai aproveitar a próxima semana para estudá-lo.

25 JUL 2016

GAZETA DO POVO

● JUSTIÇA

STF vai julgar "direito ao esquecimento"

SÃO PAULO

Estadão Conteúdo

● O chamado "direito ao esquecimento" será julgado em breve pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Na mesa, o pedido feito pela família de uma vítima de homicídio da década de 1950 — que quer impedir veículos de comunicação de relembrar a história sob alegação de violação de privacidade.

Com repercussão geral, a ação na mais alta Corte brasileira vai definir um posicionamento único que deverá ser seguido pelo Judiciário. Mesmo com a Procuradoria-Geral da República posicionando-se contra a tese, quase um terço da jurisprudência em tribunais estaduais tem concedido o direito de se apagar da história fatos já noticiados.

O direito ao esquecimento obriga retirar e apagar de páginas da internet conteúdos que associem o nome de qualquer pessoa a fato calunioso, difamatório, injurioso ou a um crime do qual ela tenha sido absolvida e sobre o qual não haja mais possibilidade de recurso. Para o advogado que representa a família Curi, Roberto Algranti Filho, o caso da jovem Aída Jacob Curi, estuprada e assassinada brutalmente aos 18 anos em 1958, no Rio, é exemplar e pode criar "critérios mínimos para a atividade de imprensa".

Na avaliação de Algranti Filho, com o fim da Lei de Imprensa (2009), "ficou um vácuo em relação ao que é notícia de interesse público e aquilo que só diz respeito à família". A defesa da família questiona a veiculação do caso no "Linha Direta", da TV Globo, em 2004. "Se tudo é jornalismo, nada está protegido, nem a própria imprensa. O caso de Aída não tem interesse público, não é um caso que conta a história do país, não existem motivos para reabrir uma ferida e causar dor aos parentes", diz o advogado.

LACUNA

Levantamento do jornal "O Estado de S. Paulo" mostra que, de ao menos 94 processos já analisados por desembargadores no país, 67 negaram o pedido de se esquecer o passado. No entanto, 27 aceitaram a hipótese.

EQUÍVOCO

Um outro recurso envolvendo um dos acusados, e depois absolvido, pela chacina da Candelária já chegou ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) e muitos outros rondam os tribunais estaduais. "Ainda é um tema muito recente. Um princípio que ainda causa muito debate e dúvidas. Nesse sentido, o caso Curi [de uma jovem morta nos anos 1950] não foi um bom exemplo para ser tomado como 'repercussão geral', diz o professor de Direito Constitucional da FGV Direito e coordenador do Supremo em Pauta, Rubens Glezer. "É um equívoco."

25 JUL 2016

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Judiciário não pode determinar que Estado promova concursos públicos

TRF-5 reverteu decisão que condenou União e universidade federal a contratar trabalhadores de saúde e administrativos para hospital

Não cabe ao Judiciário determinar que o Estado promova concursos públicos. Foi o que decidiu o Tribunal Regional Federal da 5ª Região ao reverter decisão de primeira instância que havia condenado a União e a Universidade Federal de Alagoas a fazer seleção para a contratação de centenas de médicos, profissionais de saúde e servidores administrativos para o Hospital Universitário Alberto Antunes, vinculado à instituição de ensino.

A sentença contra a qual a Advocacia-Geral da União recorreu havia acolhido pedido formulado em ação civil pública proposta pelo Ministério Público Federal. A AGU argumentou que o Poder Público já havia adotado providências para solucionar o problema de carência de pessoal no hospital, inclusive com a instauração de concurso em 2014, razão pela qual a ação já teria perdido o objeto.

Os advogados públicos também defenderam a revisão da parte da sentença que havia estabelecido multas para a União,

a universidade e seus gestores no caso de descumprimento de sentença. De acordo com as unidades, a determinação afrontou a jurisprudência e os princípios que regem a administração pública.

O TRF-5 deu provimento à apelação da AGU, assinalando que acolher a pretensão do MPF representaria uma interferência indevida de um poder em outro. “Não vejo como transformar o Judiciário em órgão a ditar, a pedido do Ministério Público, as condutas administrativas que devem ser executadas pela administração pública”, resumiu o relator do caso no tribunal, desembargador federal Vladimir Souza Carvalho.

25 JUL 2016

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Só União pode propor projetos sobre crimes de responsabilidade

Só a União pode propor projetos de lei para definir crimes de responsabilidade e o procedimento para julgá-los. Com esse entendimento, o ministro Luiz Edson Fachin suspendeu os efeitos do decreto legislativo da Câmara dos Vereadores de Nova Olinda (CE) que suspendeu o prefeito Francisco Ronaldo Sampaio do mandato antes da conclusão do processo de cassação.

De acordo com o ministro, o decreto violou a Súmula Vinculante 46, que estabelece que a definição dos crimes de responsabilidade e o estabelecimento das respectivas normas de processo e julgamento são da competência legislativa privativa da União. E o decreto legislativo que suspendeu o mandato do prefeito de Nova Olinda foi baseado exclusivamente em atos normativos de origem estadual e municipal, anotou Fachin.

Fachin ressaltou ainda que o objeto da reclamação é somente o específico ato da Câmara Municipal de Nova Olinda em processo jurídico-político da cassação do mandato do prefeito.

25 JUL 2016

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

STF precisa rever natureza jurídica "sui generis" da OAB, diz Janot

O Supremo Tribunal Federal precisa rediscutir a natureza jurídica da Ordem dos Advogados do Brasil como autarquia "sui generis" definida no julgamento da ADI 3.026/DF, afirmou, em parecer, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot. Para ele, esse tratamento tem de ser revisto "por destoar radicalmente do regime jurídico dessas entidades, da tradição jurídico-administrativa brasileira e, talvez, com a devida vênia, do arcabouço constitucional".

Para Janot, condição jurídica das agências reguladoras não é "absolutamente incompatível" com a da OAB.

A manifestação do PGR está em uma ação no STF, com relatoria da ministra Cármen Lúcia, que discute o regime de contratação de funcionário para conselho de fiscalização profissional. A ação não envolve a OAB, mas Janot faz comentários sobre a entidade.

23 JUL 2016

FOLHA DE S. PAULO

Moro rebate alegações de defesa Lula e nega ser 'juiz acusador'

Afirmações foram feitas pelo advogado do petista à Folha; magistrado disse não fazer prejulgamento

Petição pedia que Moro declarasse ter perdido a imparcialidade para julgar o ex-presidente e deixasse apurações

FLÁVIO FERREIRA
DE SÃO PAULO

O juiz Sergio Moro, responsável pela Operação Lava Jato, rejeitou em despacho na quinta-feira (22), as alegações da defesa do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva de que o magistrado teria se tornado um "juiz acusador" e teria perdido a imparcialidade para julgar o petista.

As afirmações sobre Moro foram feitas por um dos advogados de Lula, Cristiano Zanin Martins, em entrevista à **Folha** nesta quinta, e já constavam em uma petição encaminhada pela defesa ao próprio juiz no início do mês.

Na manifestação, os advogados do ex-presidente pediram que o magistrado reconhecesse a perda de imparcialidade (requerimento que tecnicamente recebe o nome de exceção de suspeição) e deixasse as apurações.

De acordo com a defesa, Moro autorizou um número excessivo de medidas injustificadas contra o petista e teria feito acusações contra o

ex-presidente em manifestações no processo, o que indicaria um "juízo de valor" desfavorável ao investigado.

Em resposta à petição dos advogados, Moro afirmou que seu entendimento provisório sobre questões das investigações não corresponde a um prejulgamento em relação a Lula. "Apesar das deliberações implicarem, em cognição sumária, alguma apreciação do caso, o relevante é que o juízo mantenha-se, até o julgamento, com a mente aberta para, após pleno contraditório e debates, mudar de convicção se for este o caso", disse.

O magistrado citou exemplos de decisões que tomou contrárias a pedidos do Ministério Público, como aquela que negou a realização da condução coercitiva da mulher de Lula, Marisa Letícia.

Moro também negou serem abusivas as medidas adotadas em relação ao ex-presidente. Defendeu a realização da condução coercitiva de Lula para prestar depoimento.

"É inapropriado equiparar a medida a qualquer prisão, uma vez que o investigado é apenas levado para prestar depoimento, resguardado inclusive o direito ao silêncio,

sendo liberado em seguida. Assim, o ex-presidente não se transformou em um preso político por ter sido conduzido para prestar depoimento à Polícia Federal por pouca horas."

O juiz ainda rejeitou a afirmação de que foi ilegal a interceptação telefônica de ligações de um dos advogados de Lula, Roberto Teixeira. Segundo Moro, Teixeira deve ser investigado por supostamente ter ajudado Lula "na aquisição com pessoas interpostas" do sítio em Atibaia frequentado pela família do ex-presidente.

"Se o advogado, no caso Roberto Teixeira, se envolve em condutas criminais, não há imunidade a ser preservada, nem quanto à comunicação dele com seu cliente também investigado". Em nota, Teixeira afirmou que os atos que praticou em relação ao sítio "são próprios da advocacia e não de criminoso".

23 JUL 2016

FOLHA DE S. PAULO

Juíza pune servidora licenciada que atuou em campanha

Dirigente do PMDB no interior de SP é condenada por promover deputado Baleia Rossi, líder do partido Câmara

REYNALDO TUROLLO JR.
DE SÃO PAULO

Uma servidora de Porto Ferreira (228 km de São Paulo) foi condenada à perda do cargo e a devolver todo o salário recebido enquanto esteve de licença médica por ter, durante esse período, atuado na campanha do deputado federal Baleia Rossi (SP), hoje líder do PMDB na Câmara.

“Não há como negar que a ré somente tinha problemas de saúde para trabalhar, mas para participar de campanhas políticas estava muito bem disposta”, escreveu na decisão a juíza Clarissa Rodrigues Alves. Ainda cabe recurso.

Atendente de desenvolvimento infantil da prefeitura, com salário de R\$ 12,3 mil, Viviane Rasi é presidente do diretório local do PMDB e mulher do ex-prefeito Maurício Rasi, que era do PT e hoje é pré-candidato à prefeitura pelo PMDB, apoiado por Rossi.

Segundo a ação de improbidade movida pelo Ministério Público, Viviane licenciou-se do serviço em outubro de 2013 para tratar uma doença, pois seus médicos atestaram que ela não podia fazer esforço, tomar sol ou ficar muito tempo em pé.

Nas eleições de 2014, quando Rossi elegeu-se deputado federal, a servidora foi fotografada “ao lado de uma Saveiro, com a porta do motorista aberta, promovendo campanha eleitoral” para seu correntista, segundo a ação.

Nos autos, ela se defendeu afirmando ter sido fotografada enquanto ia a uma clínica de fisioterapia próxima. A juíza refutou a alegação, observando que a cor das roupas

da servidora na foto endossava a versão da Promotoria.

“Sua camisa, nas cores vermelha e azul, são idênticas às cores do objeto utilizado pela campanha do deputado Baleia Rossi (a ‘baleinha’).”

O promotor Bruno Landi sustentou que Viviane coordenou a campanha de Rossi na cidade, tendo participado de uma reunião com a Justiça Eleitoral em 2014. Também apontou que ela viajou para o exterior no período de licença médica e postou fotos da viagem nas redes sociais.

Na ação, a defesa de Viviane disse que ela compareceu à reunião da campanha como presidente do PMDB local, por ter sido convocada pela Justiça Eleitoral e ter entendido que não poderia faltar.

Sobre a viagem, a ré disse que o passeio foi um presente de seu marido e que teve autorização de seus médicos para ir ao exterior.

“Não se está aqui exigindo que um doente fique entretido numa cama [...] Mas atuar em campanha política e viajar ao exterior extrapolam a razoabilidade do que se tem como legítimo fazer durante o afastamento do trabalho por problemas de saúde”, concluiu a juíza no mês passado.

‘EFEITO EDUCATIVO’

A servidora foi condenada à perda do cargo e a devolver tudo o que recebeu na licença — R\$ 251,7 mil, diz a Promotoria, juros e correção monetária.

A punição inclui ainda a proibição de fazer contrato com o poder público por dez anos e a perda dos direitos políticos por oito anos.

“Eu acredito que haja um efeito educativo [na condenação]”, afirmou Landi. O promotor disse não ter encontrado casos iguais a esse ao pesquisar jurisprudência.

>OUTRO LADO<

Defesa sustenta que ré não atuou para deputado

O advogado de defesa de Viviane Rasi afirmou que vai recorrer da decisão, mas não quis informar qual será sua argumentação.

“Nós vamos recorrer em todas as instâncias”, disse Fioravante Malaman Neto. Ele manteve a afirmação de que a servidora não participou da campanha de Baleia Rossi.

Procurado, o deputado líder do PMDB afirmou, em nota, que Viviane não exerceu atividade remunerada na campanha dele em 2014.

“Viviane sempre deu apoio político ao deputado como dirigente do PMDB local. Baleia Rossi não tem conhecimento do seu dia a dia profissional”, informou sua assessoria.

23 JUL 2016

FOLHA DE S. PAULO

Ex-ministro era operador de Gleisi, diz procuradora

Casal foi denunciado ao STF sob a acusação de ter recebido R\$ 1 mi na campanha de 2010

DE BRASÍLIA

A Procuradoria-Geral da República afirmou ao STF (Supremo Tribunal Federal) que o ex-ministro Paulo Bernardo agiu como o “verdadeiro operador” da senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR), sua mulher, na Lava Jato.

A afirmação consta no pedido da Procuradoria para que o tribunal receba denúncia contra o casal e um empresário, abrindo uma ação penal pelos crimes de corrupção e lavagem de dinheiro.

A acusação é que a campanha de Gleisi ao Senado, em 2010, teria recebido R\$ 1 milhão do esquema da Petrobras. O parecer, da procuradora-geral da República em exercício, Ela Wiecko, afirma que Paulo Bernardo foi responsável por pedir a propina para a campanha.

Segundo Wiecko, “a denúncia aponta elementos concretos em relação à lavagem de dinheiro da propina repassada à Gleisi, com atuação de Paulo Bernardo”.

O ministro Teori Zavascki, relator da Lava Jato no STF, analisará a denúncia e levará o caso para a segunda turma do tribunal, composta por cinco integrantes.

Além desse inquérito sobre a Lava Jato, Gleisi e Paulo Bernardo são investigados por suspeita de participação em um esquema de corrupção no Ministério do Planejamento. Paulo Bernardo chegou a ser preso, a pedido da Justiça de São Paulo, na chamada Operação Custo Brasil.

OUTRO LADO

Em depoimentos prestados à Polícia Federal, Gleisi e Paulo Bernardo negaram irregularidades na campanha de 2010. (MÁRCIO FALCÃO)

23 JUL 2016

FOLHA DE S. PAULO

A reboque

Era inevitável. Depois de avilizar, no mês passado, reajustes salariais para servidores dos três Poderes, o governo Michel Temer (PMDB) se viu forçado a contemplar uma nova leva de corporações do funcionalismo.

Desta vez, projetos a serem examinados pelo Congresso concederão aumentos escalonados até 2019 para uma dezena de categorias do Executivo, incluindo carreiras de elite como as dos policiais federais e auditores da Receita —estes deflagraram na semana passada uma greve capaz de deprimir ainda mais a arrecadação de impostos.

Há muito pouco de planejamento nessas decisões. Assim o demonstrou, de maneira constrangedora, o erro no cômputo do impacto orçamentário das benesses de junho, primeiro estimado em R\$ 52,9 bilhões e depois elevado a R\$ 67,7 bilhões em três anos.

A respeito dos novos reajustes, divulgou-se apenas a despesa adicional prevista para 2016, na casa dos R\$ 700 milhões. A maior parcela da conta, portanto, permanece desconhecida.

Argumenta o governo que a medida compensa perdas salariais passadas e já havia sido negociada com os servidores na gestão da presidente Dilma Rousseff (PT), hoje afastada. Temer defendeu o

endosso aos acordos como maneira de evitar uma onda de paralisações politicamente desastrosa.

Por pragmático que seja, o cálculo do interino significa privilegiar, em meio à aguda recessão, um segmento que conta com estabilidade no emprego e renda muito acima dos padrões nacionais —a despesa por funcionário civil no Executivo é de R\$ 8.300 mensais, ao passo que o rendimento médio do trabalho no país é de R\$ 1.900.

Para que se leve a cabo a proposta de limitar a alta do gasto federal nos próximos anos à taxa de inflação, a passividade na gestão dos recursos humanos terá de dar lugar a um enfrentamento mais corajoso das demandas salariais.

A folha de pagamentos da União consumirá R\$ 255 bilhões neste ano, ou 22% dos dispêndios não financeiros —e a cifra cresce vegetativamente devido a promoções automáticas por tempo de serviço. Logo, futuras correções e contratações terão de passar por análise rigorosa, caso a caso.

A tarefa envolve diagnosticar carências da máquina administrativa, estabelecer prioridades, cobrar desempenho e premiar o mérito. Enfim, nada mais que uma política de recursos humanos, esquecida ao longo dos anos em que o governo caminhou a reboque do poder do corporativismo.

23 JUL 2016

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL DO LEITOR



Lula teria “obstruído” a Justiça. Mas o que fez Romero Jucá com a vasta conspiração para depor a presidente e parar a Lava Jato? Este país é uma piada (“Procuradoria confirma denúncia contra Lula”, “Poder”, 22/7).

FRANCISCO RAMOS (Brasília, DF)

22 JUL 2016

FOLHA DE S. PAULO

Procuradoria confirma denúncia contra Lula

Ex-presidente e mais 6 são acusados de tentar evitar
que ex-diretor Cerveró fizesse delação

A Procuradoria da República no Distrito Federal reiterou nesta quinta-feira (21), na Justiça de Brasília, denúncia contra o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e mais seis pessoas por tentativa de obstrução à Justiça.

Eles são acusados de envolvimento numa trama para tentar comprar a delação premiada do ex-diretor da Petrobras Nestor Cerveró.

A acusação contra o ex-presidente foi apresentada no início do ano ao STF (Supremo Tribunal Federal) pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot. O caso tramitava no tribunal porque na época o ex-senador Delcídio do Amaral (ex-PT-MS) tinha foro privilegiado, portanto, só poderia ser alvo de investigação com aval do STF.

Mas após se tornar delator da Lava Jato, Delcídio foi cassado e perdeu o foro. Com isso, o STF enviou para a Justiça de Brasília a acusação. Diante da mudança de instância na Justiça, o MPF foi acionado e acabou confirmando a acusação.

Também foram denunciados o pecuarista José Carlos Bumlai, seu filho, Maurício Bumlai, o banqueiro André Esteves, Delcídio e seu ex-assessor Diogo Rodriguez e Edson Siqueira Ribeiro Filho, que atuou na defesa de Cerveró.

O procurador no DF Ivan Cláudio Marx fez acréscimos à peça inicial para ampliar a descrição dos fatos.

OUTRO LADO

Em depoimento à PGR, Lula disse que jamais discutiu com Delcídio a tentativa de obstruir a delação de Cerveró. A defesa de José Carlos Bumlai tem negado acusações. A de Esteves diz que ele não cometeu nenhuma irregularidade. A defesa de Maurício Bumlai disse que não poderia se pronunciar porque não teve acesso à denúncia. Diogo Rodriguez e Edson Filho não foram localizados.

FOLHA DE S. PAULO

24 JUL 2016

Prioridade é manter prisão após decisão de 2ª instância

Smano diz que MP vai
defender regra do STF

Vice-presidente do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais, Gianpaolo Smano afirmou que a prioridade da entidade é a defesa de que condenados em segunda instância já cumpram a pena — antes de esgotados todos os recursos —, conforme decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) de fevereiro. Leia a entrevista: (RT)

Folha - Qual é a prioridade entre os chefes dos Ministérios Públicos estaduais hoje?

Gianpaolo Smano - A questão da execução provisória da sentença penal. É prioritário porque esse é um dos principais instrumentos de combate à impunidade. É evidente que, garantidos os direitos, o processo precisa ter eficiência. Duas instâncias já se debruçaram sobre os fatos, é fundamental que se possam realizar prisões e medidas cautelares. A gente não pode ter um sistema processual que se eternize, que tenha 30 e não sei quantos recursos e prescrevam os crimes.

Isso privilegia um grupo muito específico...

Exatamente, quem tem acesso a esses recursos e essas condições de protelação. É preciso firmar uma posição, e o Conselho de Procuradores-Gerais teve essa iniciativa. Temos a ideia de fazer um trabalho de defesa jurídica e institucional dessa medida.

Por que defesa jurídica?

Já há uma decisão em uma das turmas do Supremo que contraria [esse entendimento], então é sempre uma questão em que a gente deve insistir. Estamos elaborando um estudo jurídico para mostrar a constitucionalidade da execução provisória.

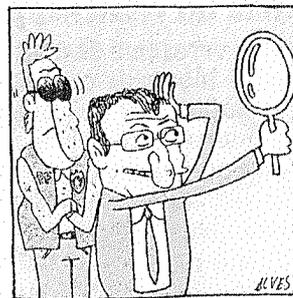
Já há uma ação da OAB questionando esse entendimento.

Por isso que estamos preparando um trabalho jurídico. Com todo o respeito às opiniões divergentes, mas é fundamental mostrar juridicamente que a execução provisória não é inconstitucional. Ao contrário, é um princípio processual de eficiência, de eficácia e, mais que isso, é fundamental para que o combate à impunidade possa prosseguir.

PAINEL

Cidadãos de Curitiba

O ex-marqueteiro e sua mulher, presos desde fevereiro, negociam delação. Em depoimento, Moura disse que Alice é beneficiária de uma de suas off-shores. A coluna tentou falar com Alice por meio da defesa da mãe e não obteve retorno.



Espelho meu O depoimento de Santana a Sergio Moro, no qual a defesa pede para que ele não seja filmado, mas só gravado, fez um petista notar: "Nem todo o calvário fez ele perder a vaidade".

24 JUL 2016

FOLHA DE S. PAULO

Temer quer regime único na Previdência

Presidente interino autoriza estudos para uniformizar regras para trabalhadores do setor privado e funcionários públicos

Ministro defende regra de transição que pode aumentar a espera pela aposentadoria em 40% para quem já trabalha

DANIELA LIMA
EDUARDO CUCOLO
DE BRASÍLIA

O ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, disse à **Folha** que o presidente interino, Michel Temer, autorizou estudos sobre a criação de um regime único de Previdência, com regras uniformes para trabalhadores do setor privado e funcionários públicos.

Padilha coordena o grupo governamental encarregado de formular um projeto de reforma da Previdência a ser submetido ao Congresso. O governo considera a reforma peça essencial de seu esforço para equilibrar o Orçamento e conter seu endividamento.

Hoje, trabalhadores do setor privado e servidores públicos são regidos por normas diferentes. Há ainda leis específicas para trabalhadores rurais e militares, por exemplo.

“O presidente me pediu que o grupo estudasse os caminhos para um regime em que as regras [para aposentadoria] fossem as mesmas para todos”, disse Padilha.

O ministro disse que ainda não há decisão sobre o assunto. A criação de um regime único representaria uma mudança profunda na legislação

brasileira e tenderia a causar controvérsia no Congresso.

O início dos estudos é sinal de uma mudança no governo, que até aqui cogitava apenas a mudança de algumas regras e não discutia a situação dos militares, por exemplo. Em 2015, o pagamento de pensões e aposentadorias militares foi responsável por 45% do rombo na Previdência dos servidores federais.

Segundo Padilha, um regime único poderia ajudar a equilibrar “algumas áreas que são superavitárias com áreas em que há déficit”.

No mês passado, governadores pediram a Temer que a reforma incluía o fim dos regimes especiais para servidores, professores e policiais.

A unificação dos regimes foi uma das sugestões apresentadas em fevereiro de 2015 pela presidente afastada, Dilma Rousseff, para debate com trabalhadores e empresas, mas a conversa não andou. Temer retomou as discussões com sindicatos e empregadores, neste ano, mas ainda não houve conclusão.

A proposta de reforma deverá incluir uma regra de transição para pessoas que já estão no mercado de trabalho mas ainda não têm condições de se aposentar. No último dia 16, Padilha sugeriu nas redes sociais que a nova regra poderia aumentar em 40% a espera pela aposentadoria dos que já trabalham.

“Para quem faltasse 10 meses, teria que trabalhar mais quatro. Faltaria [com a nova norma] 14 meses para aposentar”, escreveu o ministro.

Temer também quer definir uma idade mínima para aposentadoria no setor privado, como em outros países. Em entrevista à **Folha**, o presidente interino defendeu 65 anos para homens, dois ou três a menos para mulheres.

Ainda não há consenso na equipe de Temer sobre a aplicação da regra de transição para todas as pessoas que já estão no mercado de trabalho. Pode ser criado um mecanismo que permita que eles escolham entre a regra de transição e a idade mínima.

FOLHA DE S. PAULO

CNJ, transparência e diálogo

RICARDO LEWANDOWSKI

Neste período conturbado, o Judiciário está comprometido com o fortalecimento de nosso ainda frágil Estado democrático de Direito

25 JUL 2016

Os recentes acontecimentos de nosso cotidiano político e econômico desvelam o papel cada vez mais relevante do Judiciário como uma espécie de poder moderador, cooperando com sua atividade para a consolidação da paz social.

Sobretudo a partir do advento da chamada Era dos Direitos, anunciada pelo pensador italiano Norberto Bobbio, o Judiciário passou a ser crescentemente demandado pelas pessoas comuns, que buscam a concretização das promessas da Constituição de 1988.

Nessa esteira, os juizes brasileiros vêm aprofundando a relação com a sociedade, particularmente por meio do CNJ (Conselho Nacional de Justiça), nele representada por dois membros eleitos pelo Parlamento.

Em dez anos de existência, o CNJ fortaleceu a competência disciplinar, que lhe é conatural, e amadureceu sua vocação para o planejamento estratégico, emprestando ênfase ao aprimoramento da prestação jurisdicional por meio do diálogo com juizes, funcionários e jurisdicionados.

As metas anuais de produtividade do Judiciário, por exemplo, são fixadas em encontros periódicos, dos quais participam magistrados, servidores e advogados, o que tem concorrido para aumentar o comprometimento com os objetivos fixados coletivamente.

A atividade correicional mereceu singular atenção: nos últimos anos, o CNJ afastou preventiva ou definitivamente 83% dos magistrados objeto de processos disciplinares por condutas incompatíveis com o elevado padrão ético exigido.

Dentre outras mudanças, destacam-se a instrução normativa que estimula o uso de videoconferências e a delegação de atribuições, visando à redução de gastos com diárias, transporte e hospedagem.

Outra inovação importante, no sentido da transparência, consistiu

na divulgação, pelos sites dos tribunais, das atividades docentes dos juizes, sejam aulas regulares ou palestras, para que os interessados possam arguir o impedimento ou suspeição destes, caso vislumbrem algum conflito de interesse com as instituições contratantes.

A auditoria dos valores recebidos é feita por meio das declarações anuais de bens e rendimentos, encaminhadas aos órgãos de fiscalização competentes, inclusive da própria magistratura.

No campo da gestão estratégica, merece destaque a expansão do Processo Judicial Eletrônico, cujo objetivo é conferir maior rapidez ao andamento dos feitos.

Para acelerar ainda mais a tramitação dos quase 100 milhões de processos que abarrotam os escaninhos do Judiciário, o CNJ lançou, em maio deste ano, o sistema de Mediação Digital, que promove a resolução de conflitos por meio da celebração de acordos em ambiente virtual, possibilitando a resolução de pendências à distância, de forma mais ágil, barata e, sobretudo, amigável.

Vale ressaltar o desenvolvimento do Sistema Eletrônico de Execução Unificada, tentativa de melhorar a supervisão do cumprimento das penas e contribuir para a solução do problema crônico da superlotação dos presídios.

Além disso, o CNJ promoveu a implantação da audiência de custódia —apresentação de qualquer preso em flagrante a um juiz no prazo de 24 horas, para que este analise a legalidade da prisão e mantenha custódia apenas daquele que realmente ofereça risco à coletividade.

Essa iniciativa reduziu pela metade o número de prisões provisórias, que ainda hoje estigmatizam cerca de 240 mil pessoas. Desencadeadas a partir de fevereiro de 2015,

as audiências já economizaram mais de R\$ 4 bilhões aos cofres públicos, por evitarem prisões indevidas. Tais avanços levaram o Senado Federal a aprovar recentemente, em primeiro turno, um projeto de lei sobre o tema.

Neste momento conturbado pelo qual passamos, marcado por dificuldades de toda a sorte, não é demais recordar que o Judiciário, coadjuvado pelo CNJ, encontra-se comprometido com o fortalecimento de nosso ainda frágil Estado democrático de Direito, especialmente ao procurar garantir, em cada decisão que profere, a efetivação do princípio constitucional da dignidade da pessoa humana.

RICARDO LEWANDOWSKI é presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) e professor titular da Faculdade de Direito da USP

25 JUL 2016

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

REVISÃO

A Defensoria Pública de São Paulo vai criar uma força tarefa para analisar os casos de pessoas condenadas por tráfico estando com pequenas quantidades de droga.



O Supremo Tribunal Federal deixou de considerar crime hediondo o comércio neste porte feito por réus primários. A Defensoria vai revisar os casos de pessoas que cumprem pena e que possam se beneficiar da medida.

REVISÃO 2

O órgão assina nesta segunda (25) termo de cooperação com a Secretaria de Administração Penitenciária do Estado, que vai identificar na lista das unidades prisionais quem se enquadra nos critérios. Mulheres e idosos terão preferência na revisão de seus casos.

O ESTADO DE S. PAULO 23 JUL 2016

Para Moro, áudios eram motivo para a prisão de Lula

Em resposta a pedido da defesa do ex-presidente, que questiona sua isenção, juiz diz que grampos poderiam justificar detenção temporária

Fausto Macedo

Julia Affonso

Mateus Coutinho

O juiz federal Sérgio Moro contestou ontem os argumentos da defesa do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva que pedia sua suspeição para continuar na condução das investigações sobre o petista. No despacho, o magistrado afirmou que as conversas do ex-presidente interceptadas em março deste ano poderiam justificar a prisão temporária do petista.

Os investigadores da Lava Jato apuram se um sítio em Atibaia e um triplex no Guarujá pertencem ao ex-presidente – Lula nega ser dono dos imóveis. Apuram também pagamentos de empreiteiras à empresa de palestras do petista.

Em despacho de quinze páginas, Moro disse que “falta seriedade” à argumentação da defesa e que optou por “medida menos gravosa”, no caso, a condução coercitiva do petista.

“Rigorosamente, a interceptação revelou uma série de diálogos do ex-presidente nos quais há indicação de sua intenção de obstruir as investigações, o que por si só poderia justificar, por ocasião da busca e apreensão, a prisão temporária dele, tendo sido optado, porém, pela medida menos gravosa da condução coercitiva.”

Por decisão do ministro Teori Zavascki, do Supremo Tribunal Federal, a investigação sobre Lula voltou para as mãos de Moro, titular da 13.^a Vara Criminal Federal de Curitiba, base da Lava Jato. Seus defensores, porém, querem tirar as investigações das mãos do juiz. Aliados

Intenção

“A interceptação revelou uma série de diálogos do ex-presidente nos quais há indicação de sua intenção de obstruir as investigações, o que por si só poderia justificar, por ocasião da busca e apreensão, a prisão temporária dele, tendo sido optado, porém, pela medida menos gravosa da condução coercitiva. A medida de condução coercitiva, além de não ser equiparável a prisão nem mesmo temporária, era justificada.”

Sérgio Moro

JUIZ FEDERAL

do petista temem que Moro poderá decretar a prisão do ex-presidente.

Os advogados de Lula alegaram que Moro seria “suspeito pois teria ordenado buscas e apreensões, condução coercitiva e interceptação telefônica ilegais, demonstrando parcialidade”. Dizem, ainda, que o juiz seria suspeito pois permitiu a divulgação dos diálogos interceptados – no caso, relativos à conversa de Lula com a presidente afastada Dilma Rousseff.

“Várias medidas requeridas pelo Ministério Público Federal foram indeferidas, como o indeferimento dos pedidos de prisão temporária de associa-

dos do ex-presidente e o indeferimento da condução coercitiva da esposa do ex-presidente”, afirmou Moro.

O juíza ainda rebate a acusação de que o episódio da condução coercitiva de Lula foi explorada politicamente. “Se houve exploração política do episódio, isso não ocorreu da parte deste julgador, que, aliás, proibiu rigorosamente a utilização de algemas, a filmagem ou registro fotográfico do episódio. Nem aparenta ter havido exploração política do episódio pela Polícia Federal ou pelo Ministério Público Federal.”

Interceptações. Ao apontar a intenção do ex-presidente de interferir nas investigações, Moro cita diálogo interceptado em 27 de fevereiro, entre Lula e o presidente do Partido dos Trabalhadores, Rui Falcão, “no qual o primeiro afirma ter ciência prévia de que a busca e apreensão seria realizada e revela cogitar ‘convocar alguns deputados para surpreendê-los’, medida que, ao final, não ultimou-se, mas que poderia colocar em risco a diligência”.

Defesa. Em nota, os advogados Cristiano Zanin Martins e Roberto Teixeira, que defendem o ex-presidente, rebateram os argumentos. “Sérgio Moro recusou-se a reconhecer que perdeu a imparcialidade para julgar o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e apresentou sua defesa para futuro julgamento pelo Tribunal Regional Federal da 4.^a Região. A defesa apresentada por Moro, todavia, apenas deixou ainda mais evidente a sua parcialidade em relação a Lula.”

Juiz homologa delação de sócios de 'banco da propina'

O juiz Sérgio Moro homologou os acordos de delação premiada de três executivos que compraram, em 2010, a filial do banco austríaco Meindl Bank na ilha de Antígua, paraíso fiscal no Caribe. Segundo um dos delatores, a instituição era usada para movimentar dinheiro de propina da construtora Odebrecht.

Pelo acordo, Vinícius Borin, Marco Bilinski e Luiz França, que atuavam como captadores de clientes para o banco no Brasil, terão de pagar R\$ 1 milhão em multa cada um e repatriar bens que possuem no exterior.

Para adquirir a maior parte das cotas da filial do banco, os três executivos se associaram a Fernando Migliaccio e Luiz Eduardo Soares, então executivos do Departamento de Operações Estruturadas da Odebrecht. O departamento é apontado pela Lava Jato como central de propinas da empreiteira.

Em sua delação, Borin listou movimentações que considerou "suspeitas" para outras contas que não eram da empreiteira e que somaram US\$ 132 milhões. Dentre as operações estão depósitos na conta da

offshore Shellbill Finance, que pertence ao publicitário do PT João Santana e sua mulher, Mônica Moura, na Suíça, no valor de US\$ 16,6 milhões. O valor é quase quatro vezes os US\$ 4,5 milhões que o casal afirmou se tratar de acerto, via caixa 2, de dívidas da campanha que elegeu Dilma Rousseff em 2010. A petista nega que tivesse conhecimento sobre o pagamento. *(mais informações na pág. A7)*

Já em sua delação, França relatou pedido de executivo da Odebrecht para tentar barrar uma possível colaboração do governo de Antígua com a Lava Jato. O pedido, porém, não prosperou. Procurada pela reportagem, a Odebrecht informou que não iria se manifestar. /

M.C., J.A. e F.M.



Magistrado. Sérgio Moro durante evento sobre corrupção no Tribunal de Contas da Paraíba

23 JUL 2016

O ESTADO DE S. PAULO

Ex-provedor da Santa Casa tem bens bloqueados

Kalil Rocha Abdalla é acusado de improbidade administrativa e poderá ser obrigado a devolver R\$ 56 milhões; ele nega ilegalidades

Fabiana Cambricoli

O ex-provedor da Santa Casa de São Paulo Kalil Rocha Abdalla teve os bens bloqueados pela Justiça Federal em uma ação civil pública na qual é acusado de improbidade administrativa. A irregularidade teria acontecido em um contrato firmado por ele em 2010, quando era provedor, para que a Santa Casa administrasse a Feira da Madrugada, no Brás, no centro. Se condenado, Abdalla pode ser obrigado a devolver aos cofres públicos até R\$ 56 milhões, além de pagar multa.

Segundo ação movida pela Advocacia-Geral da União (AGU) e pelo Ministério Público Federal (MPF), em fevereiro deste ano, Abdalla usou seu cargo na Santa Casa para intermediar a transferência da administração da feira entre a Inventariança da Rede Ferroviária Federal, proprietária do terreno no Brás, e as empresas Socicam e Norman. Todos são réus.

A transação, no entanto, foi considerada irregular, pois, contrariando parecer da AGU, ignorou a necessidade de realização de licitação para definir a entidade administradora do local.

De acordo com a investigação, representantes da inventariança firmaram contrato com Abdalla em 24 de maio de 2010, transferindo a administração da feira para a Santa Casa. No dia seguinte, o ex-provedor repassou a gestão da feira para a Socicam que, por sua vez, terceirizou novamente a administração para a empresa Norman, de

propriedade de Aílton Vicente de Oliveira.

Segundo a ação, agentes públicos da inventariança e da Santa Casa se uniram para viabilizar que terceiros se apropriassem de rendas da União. “Colaboraram para a formalização do negócio fraudulento” a Santa Casa e Abdalla, “que simularam o recebimento do terreno por essa entidade em cessão administrativa, cuja licitação foi indevidamente dispensada, para imediatamente transferi-lo ao já citado grupo externo. Em contrapartida, uma comissão mensal foi ajustada e paga à Santa Casa”, diz trecho da ação.

Abdalla recebia, pela Santa Casa, R\$ 450 mil mensais, dos quais R\$ 150 mil eram transferidos para a inventariança. A investigação mostrou, no entanto, que a administração da feira rendia à empresa Norman aproximadamente R\$ 5,7 milhões por mês, valor que, em sete meses de situação irregular da feira, fizeram com que a União deixasse de arrecadar, por meio da inventariança, R\$ 56 milhões, em valores atualizados.

Devolução. Na ação, AGU e MPF pedem que os réus devolvam esse valor aos cofres públicos. A Justiça determinou em abril o bloqueio dos bens dos acusados nesse valor e agora está na fase de recebimento das defesas. “Não há provas de que o Kalil recebeu recursos diretos da administração da feira, mas como ele tinha ciência do que estava fazendo ao transferir a administração para terceiros,

ele também pode ser enquadrado na lei de improbidade”, diz Marina Camargo Aranha Lima, advogada da União.

Procurado pelo **Estado**, Abdalla disse que não viu irregularidades ao firmar o contrato e buscou apenas levantar uma verba extra para a Santa Casa, que passava por dificuldades financeiras. “Não fiquei com nenhum centavo.” Abdalla disse ainda que repassou a administração à Socicam por ela ser uma empresa de gestão de terminais de ônibus e que essa experiência poderia ser útil na gestão da feira, que recebe coletivos de comerciantes. Socicam e Santa Casa não se pronunciaram. O **Estado** não localizou os representantes da Norman.

Hospital é alvo de Promotoria

O Ministério Público Estadual investiga Kalil Rocha Abdalla por falhas administrativas nos seis anos em que foi provedor da Santa Casa de São Paulo. A dívida da entidade chegou a mais de R\$ 800 milhões no período e auditoria contratada pela Secretaria Estadual da Saúde apontou má gestão. Abdalla nega irregularidades. Após a crise financeira da Santa Casa vir à tona, Abdalla se licenciou em dezembro de 2014 e renunciou ao cargo em abril do ano seguinte. O atual provedor é José Luiz Egydio Setúbal, acionista do Banco Itaú.

23 JUL 2016

O ESTADO DE S. PAULO

Ex-secretário de Obras de Mato Grosso do Sul vira réu sob acusação de lavagem

A Justiça Federal em Mato Grosso do Sul abriu ação penal contra o ex-secretário estadual de Obras e Transportes e ex-deputado federal Edson Giroto (PR-MS), o ex-deputado estadual e ex-prefeito de Paranaíba (MS) Wilson Roberto Mariano de Oliveira, o empresário João

Alberto Krampe Amorim dos Santos e mais 10 investigados. As denúncias apontam para a lavagem de cerca de R\$ 45 milhões de 2007 a 2014. Giroto foi preso duas vezes no contexto da Operação Lama Asfáltica. Em uma delas, ficou 43 dias encarcerado.

Sua defesa afirmou que “não há que se falar em crime de lavagem até porque inexistem crimes antecedentes que possam caracterizar a lavagem”. Procuradas, as outras defesas não foram localizadas.

MPF apura proibição de bandeira na Fiesp

O Ministério Público Federal (MPF) apura se houve improbidade administrativa por parte da gestão Fernando Haddad, que proibiu a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) de projetar a bandeira nacional no painel digital de sua sede, na Avenida Paulista. A decisão foi tomada neste mês pela Comissão de Proteção à Paisagem Urbana (CP-U), da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, que determinou que as projeções no painel deverão ter conteúdo exclusivamente artístico.

'Escola sem Partido' fere a lei, sustenta MPF

O Projeto de Lei 867/2015, que inclui o programa Escola sem Partido entre as diretrizes e bases da educação nacional, foi considerado inconstitucional pela Procuradoria dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal (MPF), de acordo com nota técnica enviada ontem pelo órgão ao Congresso Nacional. Segundo a nota, o projeto afronta a Constituição, entre outros pontos, por “impedir o pluralismo de ideias, negar a liberdade de cátedra e a possibilidade ampla de aprendizagem”.

24 JUL 2016

O ESTADO DE S. PAULO

TJs acatam 1/3 dos recursos por direito ao esquecimento

Pedido para apagar notícia da internet e impedir sua veiculação será julgado pelo Supremo; Procuradoria deu parecer contrário à demanda

Gilberto Amendola

O chamado “direito ao esquecimento” será julgado em breve pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Na mesa, o pedido feito pela família de uma vítima de homicídio da década de 1950 – que quer impedir veículos de comunicação de relembrar a sua história sob alegação de violação de privacidade. Com repercussão geral, a ação na mais alta Corte brasileira vai definir um posicionamento único que deverá ser seguido pelo Judiciário. Mesmo com a Procuradoria-Geral da República posicionando-se de forma contrária à tese, quase 1/3 da jurisprudência em tribunais estaduais tem concedido o direito de se apagar da história fatos já noticiados.

Levantamento do Estado mostra que, de ao menos 94 processos já analisados por desembargadores no País, 67 negaram o pedido de se esquecer o passado. No entanto, 27 aceitaram a hipótese.

O direito ao esquecimento obriga retirar e apagar de páginas da internet conteúdos que associem o nome de qualquer pessoa a fato calunioso, difamatório, injurioso ou a um crime do qual ela tenha sido absolvida e sobre o qual não haja mais possibilidade de recurso. Para o advogado que representa a família Curi, Roberto Algranti Filho, o caso da jovem Aída Jacob Curi, estuprada e assassinada brutalmente aos 18 anos de idade em

julho de 1958, no Rio, é exemplar e pode criar “critérios mínimos para a atividade de imprensa”.

Na avaliação de Algranti Filho, com o fim da Lei de Imprensa (2009), “ficou um vácuo em relação ao que é notícia de interesse público e aquilo que só diz respeito à família”. A defesa da família questiona a veiculação do caso no programa *Linha Direta*, da TV Globo, em 2004. “Se tudo é jornalismo, nada está protegido, nem a própria imprensa. O caso de Aída não tem interesse público, não é um caso que conta a história do País, não existem motivos para reabrir uma ferida e causar dor aos parentes”, diz o advogado.

Em seu parecer sobre o caso, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, lembrou que o direito ao esquecimento “ainda não foi reconhecido ou demarcado no âmbito civil por norma alguma do ordenamento jurídico brasileiro”. Portanto, segundo ele, “não pode limitar o direito fundamental à liberdade de expressão por censura ou exigência de autorização prévia”.

Embora o direito ao esquecimento tenha sido aprovado na Comissão de Constituição de Justiça (CCJ) da Câmara, ele ainda não foi votado em plenário. Ainda assim, acumulam-se processos em que o “princípio” é posto em pauta – alguns deles tendo como base o caso julgado no Tribunal de Justiça da União Europeia

Equívoco. Além do questionamento da família Curi, um outro recurso envolvendo um dos acusados, e depois absolvido, pela chacina da Candelária já chegou ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) e muitos outros rondam os tribunais estaduais. “Ainda é um tema muito recente. Um princípio que ainda causa muito debate e dúvidas. Nesse sentido, o caso Curi não foi um bom exemplo para ser tomado como ‘repercussão geral’”, diz o professor de Direito Constitucional da FGV Direito e coordenador do Supremo em Pauta, Rubens Glezer. “É um equívoco. O caso dos Curi está muito mais relacionado à ‘ofensa’ do que ao ‘esquecimento’”. A decisão do STF, seja qual for, pode causar mais problemas e interpretações inconclusivas”, afirma Glezer.

Para o professor de Direito Constitucional Luiz Guilherme Arcaro Conci, da Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP), é imperativo separar a questão entre o cidadão comum e aquele que exerce cargo público ou que, porventura, tenha feito algo de repercussão nacional. “É preciso levar em conta a situação e a particularidade de cada caso. O que é ‘vida pública’ não pode ser protegido pela lei do esquecimento. Uma coisa é quem teve um problema na vida pessoal aparecer na busca do Google para o resto da vida. Outra, bem diferente, é um político, com mandato, querer tirar seu nome de uma denúncia”, diz.

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

24 JUL 2016

A advogada Taís Gasparian, que já atuou em diversos casos em que o direito ao esquecimento foi ao menos citado, diz que a hipótese de aplicá-lo é “como queimar bibliotecas, uma volta à Idade Média”. “Quem pode decidir o que é histórico ou não?”, questiona Taís. Ela afirma que, “na esfera pública, mesmo os erros de informação podem ter relevância para estudos futuros”. De acordo com a advogada, o perfil atual do STF não deve “abrir as portas para a Lei do Esquecimento”.

Para Patrícia Blanco, diretora do Instituto Palavra Aberta, “toda e qualquer regra que estabeleça a retirada de conteúdo ou link de acesso a determinado conteúdo fere a liberdade de expressão e de imprensa”. Patrícia diz acreditar, no máximo, em um código de autorregulamentação e voluntário, sem que haja a necessidade de uma nova lei que estabeleça esse procedimento. “Além disso, já existe no Brasil um amplo arcabouço jurídico capaz de proteger o cidadão de qualquer abuso ou excesso que possa ser cometido”, afirma.

História. Para o professor de História da PUC-SP Luiz Antônio Dias, a função do historiador é “lembrar o que a sociedade quer esquecer”. Para ele, o direito ao esquecimento não poderia criar barreiras para, por exemplo, o Brasil se deparar com sua própria história. “Separar o personagem público do personagem histórico é difícil. Eu entendo que a família de um torturado na ditadura militar não queira falar sobre o assunto, mas, ao mesmo tempo, o depoimento dele tem uma importância histórica fundamental. Em tese, sou contra a Lei do Esquecimento, mas não acho que seja um tema simples. Consigo entender o lado de quem, às vezes, prefere esquecer.”

O doutor em História Social e colunista do **Estado**, Leandro Karnal, afirma que o direito ao

esquecimento “deveria ser possível”. “O resgate da privacidade é um desafio novo. Nunca estivemos tão expostos. Logo, surge uma nova meta ou utopia: o esquecimento. O debate é muito contemporâneo: quem tem direito a controlar a memória da minha vida? Todos devem ter acesso permanente aos dados sobre mim? Ser esquecido é um direito, mas será exequível? Talvez, em breve, incluamos o anonimato como direito fundamental do homem”, diz.

• Desafio

“Separar o personagem público do personagem histórico é difícil. Eu entendo que a família de um torturado na ditadura militar não queira falar sobre o assunto, mas, ao mesmo tempo, o depoimento dele tem uma importância histórica fundamental.”

Luiz Antônio Dias

PROFESSOR DE HISTÓRIA DA PUC-SP

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

24 JUL 2016

NOS TRIBUNAIS

● De 94 processos analisados por desembargadores no País, 67 negaram o pedido de direito ao esquecimento



Jurisprudência em tribunais estaduais

CASOS

ACEITOS

NÃO ACEITOS

Tribunal	ACEITOS	NÃO ACEITOS	TOTAL
TJ-SP	20	35	55
TJ-RJ	0	9	9
TJ-RS	2	5	7
TJ-DF*	2	3	5
TJ-PB	0	4	4
TJ-SC	1	2	3
TJ-PR	2	6	8
TJ-MG	0	2	2
TJ-MS	0	1	1

*Inclui territórios

Censura prévia responde por 10% de ações de políticos

● Levantamento da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) mostra que, de 1.017 processos de políticos solicitando à Justiça Eleitoral a exclusão de algum tipo de informação de páginas da internet, ao menos 105 (10%) também pedem censura prévia. Nas últimas eleições, em 2014, foram 86 processos no País – em 2012, 13; e em 2010, apenas três. A Abraji tem dados desde 2002.

Na prática, políticos pleiteiam que, além de determinar a retirada da informação do ar, o juiz obrigue a empresa de mídia ou o jornalista a filtrar previamente o conteúdo, se abstendo, dessa forma, de publicar termos relacionados ao político.

Metade dos processos eleitorais com pedido de censura prévia está concentrada em apenas cinco unidades da Federação: São Paulo (12 ações), Rio (12), Alagoas (10), Rondônia (10) e Distrito Federal (10). As ações também compreendem majoritariamente dois focos: 49% foram direcionadas a um site de busca e 31% questionam uma rede social contra publicações de sátiras, perfis falsos de candidatos ou opiniões pessoais. / G.A.

X



passado.
Parentes de Aída Curi pedem no STF o direito de esquecer crime cometido contra ela no Rio, na década de 1950

24 JUL 2016

O ESTADO DE S. PAULO

Primeira instância. Juiz já disse que espera concluir operação até dezembro, mas há 16 processos

na fila e Ministério Público Federal deverá oferecer novas denúncias

Volume de ações dificulta meta de Moro na Lava Jato

Valmar Hupsel Filho
Fausto Macedo

Se quiser cumprir a meta de encerrar ainda este ano os trabalhos da Operação Lava Jato que estão sob sua responsabilidade, como afirmou recentemente, o juiz titular da 13.^a Vara Federal de Curitiba, Sérgio Moro, terá de triplicar o ritmo de trabalho que imprimiu até agora – que já é considerado célere no meio jurídico. Para isso, Moro teria de decidir sobre 16 ações penais que estão atualmente em curso num prazo de aproximadamente cinco meses, uma vez que o ano do Judiciário se encerra em 19 de dezembro.

Em dois anos e quatro meses de operação – a Lava Jato foi deflagrada em 17 de março de 2014 – o magistrado federal proferiu 20 sentenças; outros sete processos estão suspensos e 12 foram desmembrados. Se mantiver a média de sentenças tomadas até agora, Moro poderá declarar o encerramento de sua participação na Lava Jato somente em 2018.

Investigadores da força-tarefa consideram que a meta desejada por Moro é possível, uma vez que o volume de ações se refere a investigações já em andamento. A avaliação é de que o núcleo da operação, que apura corrupção, lavagem de dinheiro e evasão de divisas, foi mapeado e já resultou na condenação e prisão dos principais alvos.

Entre os exemplos estão o doleiro Alberto Youssef e o ex-diretor de Abastecimento da Petrobrás Paulo Roberto Costa, além de executivos das maiores empreiteiras do País.

A maior parte do chamado núcleo político, formado por detentores de foro privilegiado, não está no escopo da investigação coordenada pelo juiz de Curitiba. As ações que envolvem políticos com mandato estão no Supremo Tribunal Federal.

Cunha e Lula. Nos próximos meses, porém, Moro pode ter de analisar casos de grande repercussão, como a eventual denúncia contra o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e receber as ações já abertas no Supremo contra o deputado afastado Eduardo Cunha (PMDB-RJ). O peemedebista é alvo de um processo de cassação em andamento na Câmara. A mulher de Cunha, Cláudia Cruz, já é ré em processo conduzido pelo juiz da Lava Jato em Curitiba.

Para o professor da FGV Rio Tiago Bottino, especialista em Direito Penal, há um alto grau de imprevisibilidade no andamento dos processos que correm na 13.^a Vara Federal da capital paranaense, o que pode facilmente estender os trabalhos para o ano que vem. “Não tem como saber se o Ministério Público vai oferecer novas denúncias, por exemplo. E se o Ministério Público oferecer mais dez denúncias?”, questiona.

Um dos motivos que podem prorrogar os trabalhos é o fato de a Procuradoria do Paraná ainda estar negociando acordos de colaboração premiada. Nem o Ministério Público Federal nem a Justiça Federal no Estado informam quantos acordos de delação estão sendo negociados, mas ao menos dois deles são considerados de potencial “explosivo” por causa do conteúdo que pode ser revelado.

Podem virar delatores os empreiteiros Marcelo Odebrecht, da holding que leva seu sobrenome, e José Adelmário Pinheiro, o Léo Pinheiro, da OAS.

As delações premiadas têm sido o principal suporte de novas linhas de investigação e abertura de ações penais na Lava Jato. Os investigadores da força-tarefa são unânimes em afirmar que não há como ignorar se novas suspeitas e provas surgirem. Neste caso, é inevitável a abertura de novas investigações.

Entre os advogados de defesa, há um certo ceticismo em relação ao encerramento dos trabalhos, mas a sinalização é vista de forma positiva. “Os processos estão em andamento e podem surgir outros. Tem investigação que ainda está no início”, diz o criminalista Luiz Flávio Borges D’Urso, defensor do ex-tesoureiro do PT João Vaccari Neto. Preso, Vaccari foi condenado em duas ações penais na Operação Lava Jato.

CONTINUA

“Acho importante, ao menos, já ter este viés de haver um horizonte para o fim das investigações”, afirma Celso Vilardi, responsável pela defesa de ex-executivos da Andrade Gutierrez.

Ritmo. “Quem vai ditar o ritmo, na verdade, é o Ministério Público, que é o responsável pela condução da investigação e faz as petições”, diz o presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), José Robalinho Cavalcanti. Para ele, a expectativa de encerramento dos trabalhos se refere ao escopo da investigação. “O que está sob a responsabilidade dele (Moro) ficará até o fim, mas é possível que a investigação, depois, seja desmembrada. Isso não significa que fique algo sem ser investigado.”

A intenção de encerrar sua participação na Operação Lava Jato foi externada por Moro no dia 14 de julho, durante palestra que proferiu no Brazil Institute do Wilson Center, em Washington, nos Estados Unidos. “Minha parte pode ser (encerrada) no fim ano, mas não posso dizer com certeza”, afirmou o magistrado na ocasião.

Antes disso, em abril, Moro já havia manifestado esse desejo a pessoas próximas, sempre com a ressalva de que a intenção pode ser revista se houver imprevistos. “Terminar até dezembro a parte da primeira instância é uma expectativa ou um desejo”, disse o juiz a um interlocutor, com a reserva de que ele mesmo admitia ser esta uma meta “imprevisível”.

● Produtividade do juiz

20

sentenças proferidas

106

condenações (pena total de 1.148 anos de prisão)

59

acordos de delação premiada

74

prisões preventivas

91

prisões temporárias

6

prisões em flagrante

R\$ 2,9 bi

valor recuperado por meio de acordos de colaboração

Para defesa de Lula, afirmação sobre prisão é ‘descabida’

● Os advogados do ex-presidente Lula, Cristiano Zanin Martins e Roberto Teixeira, disseram ontem, em nota, ser “descabida” a declaração do juiz Sérgio Moro de que o teor de diálogos interceptados do petista “poderia justificar a prisão temporária dele”. Moro fez a afirmação em resposta a um pedido de Lula para que o juiz declarasse suspeição para julgar processos contra o petista.

“Essa afirmação é descabida e apenas reforça que o juiz perdeu a imparcialidade para julgar qualquer assunto envolvendo Lula”, diz a nota. Segundo a defesa, “a lei apenas permite ao juiz decretar a prisão temporária se houver pedido do órgão policial ou do Ministério Público, o que não existiu em relação a Lula”.

Atuação motiva reações distintas

Ovacionado até em show de rock nos últimos meses, o juiz Sérgio Moro foi alçado a celebridade nos dois anos e quatro meses no comando da Lava Jato. Foi estrela nas manifestações de rua pelo impeachment e chegou a divulgar nota para agradecer o apoio.

Mas também foi alvo de contestações. As principais ocorreram após a condução coercitiva do ex-presidente Lula e a divulgação de áudios de conversas do petista, em março.

A época, segundo relatos colhidos pelo **Estado**, Moro admitiu a interlocutores ter ficado “consternado” com reações que classificou como de raiva e de intolerância.

A fama lhe rendeu convites para palestras nas quais costuma defender a prisão preventiva de investigados e o instrumento da delação premiada – que também são pontos de contestação. Notabilizou-se ainda por enviar recados em suas decisões judiciais, como no despacho em que respondeu a petição da defesa de Lula dizendo que poderia ter pedido a prisão do petista.

24 JUL 2016

O ESTADO DE S. PAULO

Contas. Entre 2008 e 2015, gastos com a folha aumentaram 40% acima da inflação, quase o dobro dos oito anos anteriores; e avaliação é que aumento das despesas deve ser ainda maior, já que estão de fora dessa conta itens como terceirizados e aposentados

Despesas dos Estados com pessoal cresceram R\$ 100 bilhões em 8 anos

Alexa Salomão

Apesar de serem obrigados, por lei, a conter despesas com pessoal, vários Estados estouraram seus limites e essa conta cresceu em pelo menos R\$ 100 bilhões de 2008 para cá – período em que o governo federal afrouxou o monitoramento das finanças estaduais. A alta é espantosa porque representa um crescimento real, acima da inflação, de 40%, e é quase o dobro dos R\$ 58 bilhões de aumento de 2000 a 2007, quando se aplicou com mais rigor a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Apesar de gigantesco, a avaliação é que esse número pode ser ainda maior. Gastos com auxílio-paletó, auxílio-combustível, auxílio-moradia, precatórios com alimentação, terceirizados, prestadores de serviços por meio de contrato com organização social e até pensões e aposentadorias – enfim, uma série de despesas decorrentes de pessoal – podem não estar incluídas nessa cifra. “Não dá para saber”, diz Gustavo Morelli, diretor da consultoria Macroplan, que coordenou esse levantamento. Morelli explica que, ao

• **criatividade coletiva**
“O que temos nos Estados é a pior das contabilidades criativas: a contabilidade criativa legal.”

Raul Velloso

ESPECIALISTA EM
FINANÇAS PÚBLICAS

longo dos anos, foram feitas diferentes “interpretações da lei” sobre o que entra ou não na conta, dificultando a análise da saúde financeira dos Estados.

Os especialistas em finanças não gostam de dizer que isso configura “maquiagem” ou que as interpretações criaram uma “caixa preta”. As secretarias de Fazenda conhecem os dados e fazem a prestação de contas dentro da lei. É fato que muitos critérios contrariam o manual do Tesouro Nacional, responsável por monitorar a aplicação da lei. Mas eles foram aprovados pelos Tribunais de Contas dos Estados ou conquistados em disputas na Justiça. Ainda assim, a maioria admite que houve uma “criatividade coletiva” na apresentação dos gastos.

“O que temos nos Estados é a pior das contabilidades criativas – a contabilidade criativa legal, pois interpretações da Lei

de Responsabilidade Fiscal foram autorizadas pelos Tribunais de Contas dos Estados, pela Justiça e, em alguns casos, até pelo Tesouro”, diz Raul Velloso, especialista em contas públicas.

Índice. Para medir o peso do pessoal sobre o caixa dos Estados, a lei manda fazer uma conta elementar: dividir os gastos com a folha pela receita líquida corrente. O resultado é um indicador que não pode ser superior a 60%. As manobras consistem em contabilizar a menos as despesas e a mais as receitas, por meio das tais interpretações, para que o resultado da conta fique abaixo de 60%.

Para a economista Sol Garson, ex-subsecretária de Finanças do Rio e hoje responsável pela área fiscal da Macroplan, o Rio de Janeiro tem uma das interpretações mais criativas do País. Em 2015, para fechar a conta com a Previdência, usou cerca de R\$ 3,6 bilhões de royalties de petróleo. A receita é instável e incerta, não tem relação com o esforço fiscal do Tesouro, mas o Estado e o Tribunal de Contas entendem que vale.

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

24 JUL 2016

Há outra manobra comum, mas mais requintada. Estados e municípios recebem repasses do SUS destinados exclusivamente a pagamentos de serviços da rede privada. O dinheiro mal passa pelo caixa público e segue para o setor privado. “Mas a maioria dos Estados e municípios contabiliza como se o dinheiro fosse deles, eleva a receita corrente líquida, o que melhora o indicador”, diz Sol.

Durante muito tempo, os Estados preferiram defender seus critérios, ainda que duvidosos. Uma nova geração de secretários de Fazenda, porém, defende que é preciso rever a posição.

Quem puxa a fila é Ana Carla Abrão Costa, secretária de Fazenda de Goiás. Egressa do setor privado, ao assumir, mandou recalcular o indicador incluindo absolutamente todos os gastos com pessoal. Pelas regras da contabilidade oficialmente adotadas em Goiás, o indicador hoje está em cerca de 50%. Mas o cálculo sugerido por Ana Carla diz que é 80%. Ela reforça que a situação dos Estados é gravíssima.

Os gastos com pessoal crescem de 5% a 6%, ao ano, mesmo que não se contrate ninguém e não se dê um centavo de aumento. “Teremos vários Rios de Janeiro em três anos se nada for feito e estou convencida de que apenas com informações transparentes – e o debate pela sociedade – é que teremos condições de avançar nas correções”, diz Ana Carla. O governo tem uma nova proposta de cálculo, mais rigoroso, que poderia dar uma visão mais clara sobre os gastos.

Morelli reforça o alerta. A junção das duas faces do gasto com pessoal – os identificados e os ocultos – elevam a potência da bomba-relógio que é a folha. De um lado, está claro que os Estados contrataram e deram aumentos acima do recomendável, que pesam hoje e vão elevar o custo da Previdência. Por outro, de fato, não há clareza sobre o tamanho da encrenca.

CONTINUA

24 JUL 2016

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

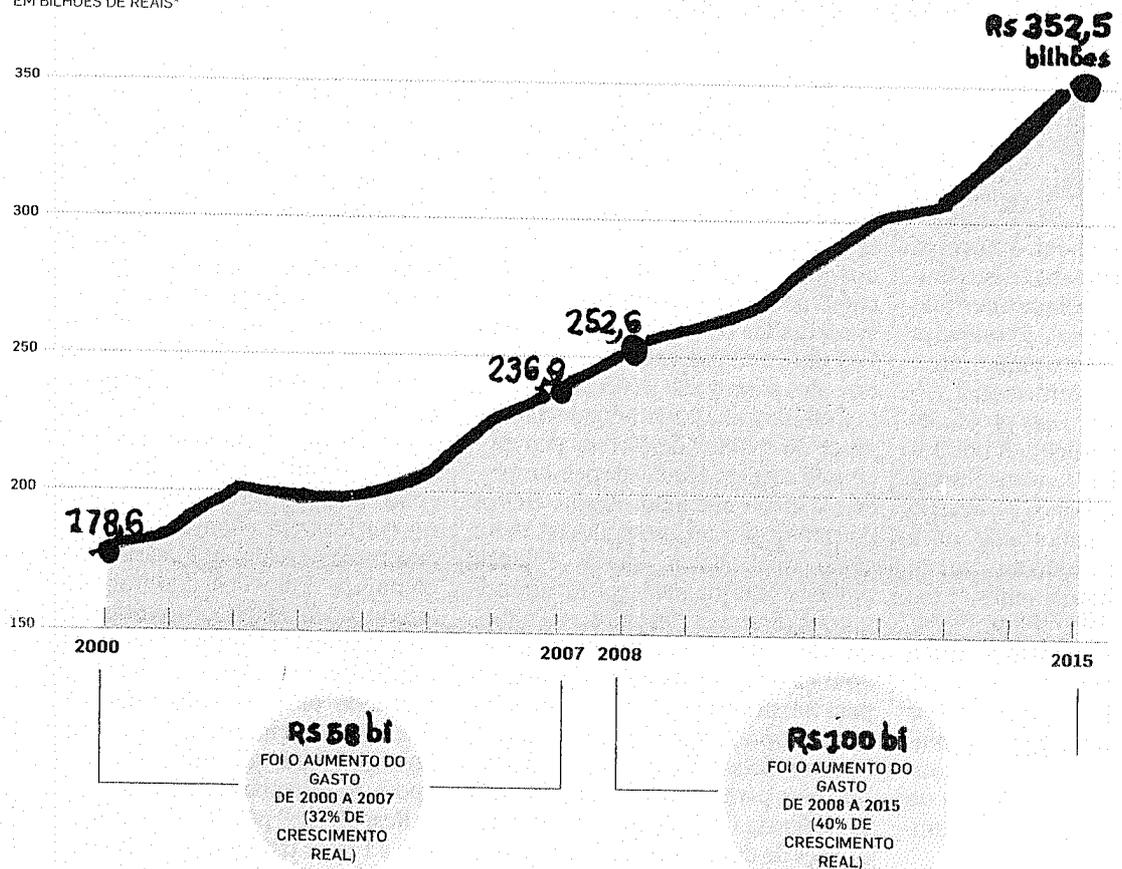
BOMBA RELÓGIO

● Os gastos com pessoal, ativos e inativos, nos Estados deram um salto após a crise de 2008. Daqui para frente, sem nenhum reajuste, essa despesa deve crescer até 6% acima da inflação

Gasto com pessoal*

Após a crise financeira internacional, em 2008, o governo Federal incentivou os Estados a contrair dívidas para investir. Com folga no caixa, os Estados foram lenientes nos reajustes salariais e na contratação de pessoal, elevando o gasto engessado com a folha, aposentadorias e pensões

EM BILHÕES DE REAIS*



CONTINUA

24 JUL 2016

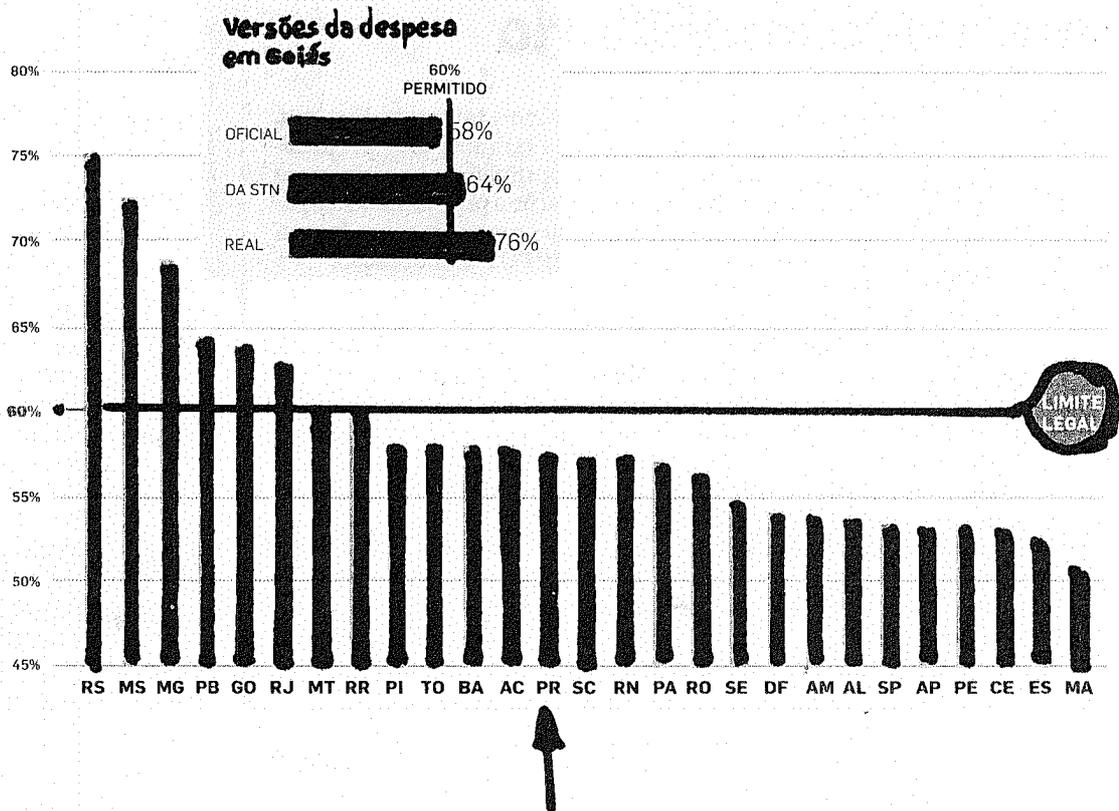
O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Relação entre a despesa com pessoal e a receita corrente líquida

A Secretaria do Tesouro Nacional (STN) propõe um cálculo diferente. Mais rigoroso, ele revela que o gasto com pessoal é maior do que se vê. Vários Estados romperiam o limite legal, de 60%. Mas o critério pode ser insuficiente. Goiás, que fez uma conta ainda mais rigorosa mostra que o custo vai além

DADOS DE PRELIMINARES DE 2015



24 JUL 2016

O ESTADO DE S. PAULO

José está na cadeia porque xingou o juiz

Comerciante de 62 anos brigou com magistrado após perder processo, foi condenado a 7 anos e está preso há 7 meses; ele é réu primário

Alexandre Hisayasu

José Valde Bizerra tem 62 anos e está condenado a passar os próximos sete na cadeia. Tudo porque ofendeu o juiz José Francisco Matos, da 9.^a Vara Cível de Santo André, no ABC Paulista, por e-mail e nas redes sociais. Ele não concordava com uma decisão do magistrado em ação contra o despejo de sua banca de jornal. Bizerra xingou o juiz de “vagabundo, ladrão e corrupto”.

Bizerra foi dono de uma banca de jornal na Avenida Queiroz Filho, em Santo André, por 30 anos. Em 2007, decidiu mudar o ponto para um terreno ao lado de um cemitério. Assinou contrato de locação com os proprietários da área mas, dois anos depois, sofreu ação de despejo. A prefeitura alegou que a banca não poderia ser construída em local de interesse público. Ele entrou com uma ação contra os proprietários e, em setembro de 2012, o juiz Matos deu sentença desfavorável ao jornalista. Ele apelou nas instâncias superiores, mas também perdeu.

Segundo os familiares, Bizerra ficou decepcionado com a situação. De novembro de 2013 a julho de 2014, ele encaminhou e-mails para a Corregedoria do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP). Nos textos, reclamava do juiz e fazia várias ofensas. “Estou enviando esse e-mail para informá-lo que o considero um juiz ladrão, vendedor de sentença e que se aliou a uma quadrilha”, diz um dos textos.

Matos prestou queixa contra o jornalista. Durante as audiências, um acordo chegou a ser proposto, mas Bizerra não aceitou se desculpar das ofensas, e o processo seguiu. O jornalista ainda mandou três textos ofensivos para o e-mail pessoal do magistrado e postou vários textos contra Matos em sua página no Facebook.

Mandado de prisão. Em 15 de dezembro de 2015, a juíza Maria Lucinda Costa, da 1.^a Vara Criminal de Santo André, condenou Bizerra a 7 anos e 4 meses de prisão, além de pagamento de multa, porque, segundo ela, houve uma reiteração criminosa de oito delitos em concurso material – cada e-mail foi considerado um crime individual.

Por ser considerado pela magistrada como uma “ameaça à ordem pública”, pois afirmou que continuaria a mandar e-mails ao magistrado, entre outros motivos, a juíza expediu mandado de prisão. Bizerra foi preso no dia seguinte. Nunca mais saiu da cadeia.

Segundo o advogado Daniel Fernandes Rodrigues Silva, que defende Bizerra, a sentença é “extremamente desproporcional ao crime cometido”. “É inaceitável, nos dias de hoje, uma pessoa primária, de 62 anos, ser mandada para a cadeia por crime contra a honra. É algo que foge à normalidade do sistema Judiciário do País”, disse.

O antigo defensor de Bizerra impetrou dois habeas corpus pedindo a liberdade do jornalista no TJ-SP. Os desembargadores da 7.^a Câmara Criminal julgaram, no mérito, o pedido improcedente. Silva impetrou um

terceiro habeas corpus que, em liminar, também foi negado. A data para o julgamento do mérito não foi marcada.

Segundo o advogado, Bizerra, embora condenado no regime semiaberto, nunca usufruiu desse sistema. “Ele ficou em Santo André, depois foi para Franco da Rocha, sempre em regime fechado, porque não havia vaga no semiaberto. Em abril, a Justiça o transferiu para Tremembé (*no Vale do Paraíba*). Porém, para sair durante o dia, ele precisa de emprego registrado. Quem, aos 62 anos, consegue emprego com carteira assinada?”, questionou Silva.

Bizerra é de uma família com mais oito irmãos, é divorciado e tem três filhos. Josefa Cristina Bizerra, de 46 anos, não se conforma em ver o irmão mais velho atrás das grades. “Um homem trabalhador vai para a cadeia por um crime contra a honra, porque ficou indignado com um juiz. Isso não é justo”, disse.

Mesma cela. Para piorar o drama, em dezembro, outra irmã de Bizerra, Fátima, teve a casa invadida. Ela foi agredida e ameaçada de morte. Dois adolescentes foram apreendidos e Yuri de Paula foi preso. Ele acabou na mesma cela de Bizerra.

“O ladrão começou a contar a história do roubo. Quando citou o nome da nossa irmã, o José foi tirar satisfação. Para piorar, os colegas de cela ficaram do lado do criminoso”, contou Josefa. Bizerra teve de ser isolado, no mesmo presídio.

CONTINUA

Para o presidente da Comissão de Direito Penal da OAB-SP, Renato de Mello Jorge Silveira, que também é professor titular em Direito Penal da USP, analisando o caso em tese, seria mais razoável considerar que houve crime continuado, ou seja, os e-mails mandados por Bizerra serem apontados em um único crime, com uma única pena. "Não é possível dizer que houve equívoco na sentença, mas uma leitura mais dura do que a prudência recomenda."

Para o criminalista Rodrigo Sanchez Rios, que é professor em Direito Penal na graduação e pós-graduação da PUC-PR, a pena é desproporcional ao crime. "Essa sentença mostra o uso desmedido da norma penal para buscar restabelecer o equilíbrio normativo alterado pelas ofensas do réu. Não é com pena privativa de liberdade que se pacificam conflitos privados."

● **Notrabalho**

"Quando foi preso, ele (José) estava trabalhando. Foi tratado como um verdadeiro criminoso."

Josefa Cristina Bizerra

IRMÃ DO ACUSADO

"Abandonou a vida lícita e decidiu converter-se ao profissionalismo do crime...

...em todas as ocasiões agiu o réu com intenção autônoma, de reiteração e não de continuidade"

"Em suma, estamos diante de um criminoso contumaz...

...apesar da primariedade, inegável a periculosidade do acusado"

"Por tais razões, que bastam para comprovar que a liberdade do réu é uma ameaça, expeça-se mandado de prisão...

...nego ao réu o direito de recorrer em liberdade e fixo o regime semiaberto para início de pena"

Penas de outros crimes

1. **Homicídio simples**

A pena mínima é de 6 anos. Quando uma pessoa mata a outra sem premeditação, sem uso de arma. Pode cumprir em semiaberto se for réu primário e tiver bons antecedentes.

2. **Roubo simples**

A pena mínima é de 4 anos. Quando o criminoso rouba alguém sem emprego de arma ou agressão. Pode cumprir em semiaberto.

'Ele não cessou sua atividade criminosa', afirma magistrado

● O juiz José Francisco Matos informou, por meio de nota, que pediu a abertura de mais duas ações criminais contra José Valde Bizerra, pois o réu – mesmo depois de citado e interrogado no processo que o condenou – não parou de ofender o magistrado.

"Ele não cessou sua atividade criminosa, passando inclusive a enviar e-mails para a minha conta pessoal, bem como postando manifestações, todas de caráter ofensivo e criminoso, em rede social", afirmou.

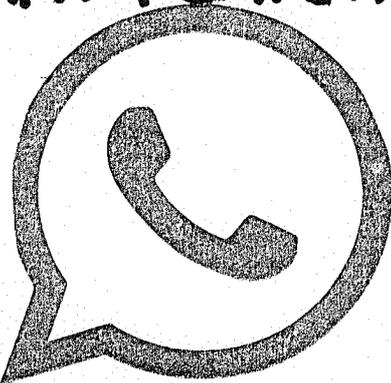
Matos disse também que apresentou queixa-crime contra Bizer-

ra por entender que as ofensas foram praticadas enquanto ele exercia sua função pública de magistrado.

A juíza Maria Lucinda Costa, que condenou Bizerra, não foi localizada para comentar o caso. Ela e Matos trabalham no mesmo prédio do Fórum Criminal de Santo André.

O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) informou que a Lei Orgânica da Magistratura Nacional impede que os magistrados se manifestem sobre processos que estão julgando. Em nota, a Associação Paulista de Magistrados (Apamagis) disse que "a livre convicção do juiz deve ser sempre preservada, assim como o direito ao contraditório e ampla defesa, o que foi observado no caso em questão". / A.H.

CARTA CAPITAL



23 JUL 2016



WhatsApp/ Sinal fechado

Juíza de primeira instância bloqueia comunicação de 100 milhões de brasileiros

Foi preciso que o mais alto tribunal da República, na figura de seu presidente, entrasse em cena para abreviar mais um ridículo episódio envolvendo o aplicativo WhatsApp – episódio que abastece no exterior a reiterada imagem de um Brasil de piada.

O WhatsApp serve como veículo de troca de mensagens para 100 milhões de brasileiros, os quais, no entanto, ficaram privados desse canal de comunicação por mais de seis horas, na quarta-feira 20, por um capricho bem típico de um Judiciário hoje extraordinariamente hipertrofiado e exibicionista. Foi a juíza Daniela Barbosa Assumpção de Souza, da 2ª Vara Criminal de Duque de Caxias, no estado do Rio, quem decidiu bloquear o WhatsApp em todo o território nacional, e por tempo indeterminado, depois de o Facebook – que administra o WhatsApp – se recusar a revelar o conteúdo de mensagens privadas e, assim, supostamente, colaborar com investigações criminais de Sua Meritíssima.

O Supremo, na pessoa do ministro Ricardo Lewandowski (foto), considerou o bloqueio “desproporcional” e o aplicativo voltou ao ar no fim da tarde. Não foi a primeira vez que esse aplicativo sofreu ataque por parte de um juiz de primeira instância. Em maio, um magistrado de Lagarto (SE), Marcel Montalvão, acometido da síndrome de Sérgio Moro, também conseguiu bloquear o WhatsApp usando o mesmo pretexto de repressão ao tráfico. A proibição, que durou 24 horas e foi cassada pelo Tribunal de Justiça de Sergipe, provocou gargalhada – e inquietação – na mídia internacional.

23 JUL 2016

CARTA CAPITAL

Mino Carta Quem é líder?

► **Lula e Erdogan são, diferentes porém, aquele garantiu a democracia, este preocupa-se bem menos com a própria**

As pesquisas soletram que Lula é ainda e sempre o candidato mais forte para as eleições presidenciais. Quem fica em segundo lugar é Marina Silva, a distância maior em relação às pesquisas precedentes. Há longo tempo o ex-metalúrgico é o único, autêntico líder popular brasileiro, e esta primazia absoluta é do conhecimento até do mundo mineral.

O golpe que por ora afasta Dilma Rousseff figura apenas no começo de uma pauta mais complexa e extensa, muito além da confirmação do *impeachment*. É também do conhecimento do mundo mineral que a mira da casa-grande está alçada na direção de Lula e do PT, a repetir a obsessão de Catão, o Censor, em relação a Cartago, *delenda esse*, destruída há de ser, repetia incansavelmente.

Como destruir o único, autêntico líder popular? A aposta dos censores para excluí-lo pela força do próximo pleito presidencial manda colocar todas as fichas na prisão do ex-presidente por obra e graça da determinação do juiz Sergio Moro. Tal seria o último ato da Lava Jato. Trata-se, entretanto, de uma operação arriscada, de diversos pontos de vista. Muito arriscada.

Antes de mais nada, vale a seguinte pergunta: quantos haverão de ser presos antes de Lula, para, ao cabo, alcançá-lo? Quem

poderá ser poupado? Neste exato instante, a delação premiada de Marcelo Odebrecht alimenta os pesadelos de muitos senhores do poder. Inúmeros. Como conciliar os interesses dos golpistas com a sanha dos magistrados curitibanos, o *nihi obstat* do Ministério Público Federal e o clangeroso silêncio do Supremo Tribunal? Apresenta-se, isto sim, um conflito de árdua composição, se não impossível. Beco sem saída.

Há outro aspecto, importantíssimo: convém prender o único, autêntico líder popular brasileiro, sem fazer dele um mártir, como o próprio Lula já disse com um sorriso? Uma ação deste porte precipitaria as incógnitas poderosas de uma situação nunca dantes navegada, e de desfecho imprevisível. Fosse eu um potentado dos bairros nobres me perguntaria se ser preso não seria do maior agrado do cidadão Luiz Inácio Lula da Silva.

Houve outro líder popular no Brasil, Getúlio Vargas. Manchou seu currículo com a ditadura do Estado Novo, mas foi grande estadista. Criou Volta Redonda para abrir o caminho da industrialização, criou a Petrobras para que o petróleo fosse nosso, estabeleceu o salário mínimo e impôs a CLT a bem dos trabalhadores, indispensáveis ao progresso para desconforto da casa-grande. Pagou caro por seus méritos, mas o tempo era outro, até que um dia chegaram os tanques.

A verdadeira liderança é coisa rara. Polítólogos europeus, sobretudo italianos, enxergam nela a alternativa aos partidos em franca, inexorável decadência. Falam em "democracia do líder". A expressão soa bem. No entanto, cadê os líderes? Em termos mundiais, o único líder é Francisco, papa e estadista, ao reformar a Igreja de Roma e a condenar o neoliberalismo que semeia a desigualdade.

A recente tentativa de golpe na Turquia exhibe claramente a liderança do presidente Erdogan (*leia nesta edição a reportagem de José Antonio Lima*). Líder de um povo que sai às ruas para enfrentar os tanques e derrotar o exército rebelde. Há quem diga que a popularidade de Erdogan hoje supera até aquela de Kemal Atatürk, modernizador da Turquia, grande estadista. Nem todos os líderes o são.

O fracasso do golpe multiplica o poder do presidente, que já exorbita das funções previstas pelo regime parlamentarista e acumula de fato também as de primeiro-ministro. Porta-se como dono do país, e o atual triunfo o instiga à repressão feroz, não somente contra os inimigos, mas também contra os adversários políticos. Não é o caso de catalogar a Turquia como democracia do líder.

Getúlio redimiu-se das prepotências da sua ditadura como presidente eleito. Já Lula foi o melhor governante, de longe o melhor, da chamada redemocratização. Deu passos importantes no campo da política social, em proveito do próprio capitalismo tão mal interpretado pelos senhores da casa-grande, e praticou uma política internacional independente, como nunca ocorrera na história do País, súcubo da Grã-Bretanha antes e de Tio Sam depois. Afirmou seus dotes de negociador em busca de uma insólita conciliação, diferente da usual, a das elites. Com ele na Presidência, a democracia jamais foi ameaçada. *

25 JUL 2016

JORNAL DO ÔNIBUS



Leprevost fez questão de cumprimentar o ministro do STF, Gilmar Mendes

Leprevost participa do lançamento do "Vote Bem"

O pré-candidato à prefeitura de Curitiba, Ney Leprevost (PSD), participou do lançamento do Movimento Vote Bem, da Federação das Indústrias do Paraná (FIEP), sexta-feira (22) à noite. O palestrante, foi o ministro Gilmar Mendes, do STF, a quem Leprevost entregou, quando ainda era vereador, o título de cidadão honorário de Curitiba. Ney parabenizou o presidente da Fiep, Edson Campanholo e a toda diretoria da FIEP, "por realizarem esta campanha de conscientização dos cidadãos paranaenses para que nesta eleição votem com sabedoria", disse.

Leprevost também es-

teve presente no evento Guerreiro do Comércio, da Fecomércio. "Lá encontrei um grande ídolo de muitos brasileiros, o juiz Sergio Moro, homem inteligente e honesto que combate a corrupção em nosso país", ressaltou o pré-candidato. Mais tarde, Ney esteve na posse da nova diretoria da Associação dos Policiais Federais e do Sindicato dos Policiais Federais do Paraná. "Tenho grande orgulho de representar na Assembleia Legislativa esta classe de pessoas íntegras que tem ajudado a passar o Brasil a limpo. Parabéns, Polícia Federal", enfatizou o pré-candidato do PSD. ■

25 JUL 2016

BEMPARANÁ

Mulher Brasileira

Casa faz convênio com curso de medicina

Alunos do curso de medicina das Faculdades Pequeno Príncipe farão parte da sua formação profissional na Casa da Mulher Brasileira. O projeto piloto deve ser iniciado em setembro, conforme compromisso entre a secretária municipal da Mulher, Roseli Isidoro, e a professora de Integração, Ensino e Comunidade do Curso de Medicina da instituição, Leide da Conceição Sanches, durante visita ao equipamento na sexta-feira.

“O convênio atenderá aos objetivos de aprendizagem do curso, que é compreender o contexto dos pacientes/usuários de saúde no sentido de poder realizar, de forma adequada e humanizada, os procedimentos e adotar os devidos encaminhamentos dos usuários deste serviço especializado”, observou a professora.

A ideia é formalizar o convênio em um termo de cooperação entre a Casa da Mulher Brasileira e as Faculdades Pequeno Príncipe. Os estudantes frequentarão o equipamento às quartas-feiras, das 14 às 17 horas. Os grupos terão de 4 a 6 alunos, sempre acompanhados por um professor. No total, serão oito encontros semanais.

Paraná Portal - 25/7

25 JUL 2016

Empresário é condenado a 25 anos pelo assassinato de advogada

Publicado: 25, julho 2016 às 9:10

Postado por: Mariana Ohde

Foi condenado a 25 anos de prisão o empresário acusado de planejar a morte da advogada da ex-esposa. Vanderson Benedito Correa foi julgado pelo homicídio qualificado de Kátia Regina Leite, assassinada em 2010 com cinco tiros na cabeça quando saía de casa, no bairro Boa Vista. O Tribunal do Júri de Curitiba condenou o empresário à prisão em regime inicial fechado. A decisão foi anunciada pouco antes da 1h da madrugada deste sábado (24), depois de 32 horas de julgamento. Ao todo, 14 testemunhas foram ouvidas.

Kátia morreu enquanto defendia a ex-esposa do empresário, que era vítima de

CONTINUA

violência doméstica, em um processo de separação judicial. A advogada tinha 44 anos e deixou três filhos. Atuante durante mais de 20 anos, Kátia comandou por uma década o setor jurídico do Conselho da Condição Feminina, atuou como secretária-geral adjunta na subseção de Curitiba e, cerca de um mês antes de ser morta, havia sido aprovada em concurso para trabalhar na Paraná Previdência.

A OAB Paraná acompanhou o caso desde o início e designou o advogado Dálio Zippin Filho para atuar como assistente de acusação. Ele considerou que a pena foi justa e disse que os votos dos jurados foram de acordo com os pedidos da acusação.

O presidente da OAB-PR, José Augusto de Noronha, também acompanhou o julgamento. Ele disse que casos como esse, em que advogados são mortos pela atuação profissional, são graves e precisam ser evitados. "Não podemos admitir que mulheres ou qualquer advogado que esteja em seu exercício profissional sejam brutalmente atacados e, como no caso, tenham suas vidas retiradas em um crime chocante. Esse crime chocou toda

25 JUL 2016

CONTINUAÇÃO

comunidade jurídica, porque ela estava defendendo o interesse de sua cliente”, afirma.

Kátia Leite também era uma defensora intransigente dos direitos da mulher. Ela comandou por uma década o setor jurídico do Conselho da Condição Feminina. A presidente da Comissão de Estudos sobre Violência de Gênero da OAB-PR, Sandra Lia, disse que a advogada acabou se tornando mais uma vítima da violência contra a mulher.

“Esse caso é bem emblemático porque a cliente da Kátia sofreu violência doméstica por muito tempo e a própria Kátia recebeu várias ameaças do agressor. Como ela era uma pessoa muito ativa, muito forte, ela não deu atenção a essas ameaças”, conta.

O outro réu do processo, o ex-policia militar Flávio Vasques Oliveto, acusado de ter atirado contra a advogada, está preso na Casa de Custódia de São José dos Pinhais desde 2015 e também será julgado pelo crime.

(Com informações da CBN Curitiba e BandNews Curitiba)